



 **PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde! Dando início aos trabalhos. Ver. José Freitas?

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS) (Requerimento): Boa tarde, Presidente, a todos que nos assistem, solicito um minuto de silêncio – até foi matéria hoje em todos os veículos de comunicação – pela morte violenta de Marlon Celso da Costa, colega do meu filho lá na Ceasa. O meu filho faz parte da segurança da Ceasa, assim como o Marlon, que também fazia parte da segurança, e foi morto violentamente ontem, por seis elementos, na estação Anchieta.

Vereador Marcelo Bernardi (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso eterno Divaldo Pereira Franco, que nos deixou esta semana, um médium orador espírita. Divaldo Franco e seu amigo, Nilson de Souza Pereira, fundaram a obra social Mansão do Caminho, que tem um trabalho essencial para o Brasil, essa história magnífica.

Também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Alexandra Cosmin, uma amiga minha, moradora da Vila Farrapos, deixou filhos e também seu marido, está sendo velada hoje também, precocemente, com quase 50 anos.

Vereador Erick Dênil (PCdoB) (Requerimento): Boa tarde, Presidente Bins Ely, boa tarde aos colegas vereadores, solicito um minuto de

silêncio pelo falecimento de Pepe Mujica, ex-presidente uruguaio, lutador social, foi parlamentar por diversas vezes no Uruguai também, um grande exemplo de ser humano para a América Latina e também para o mundo, que nos deixou na tarde de ontem. A gente sabe o quanto é importante lembrar do Mujica enquanto estadista, um lutador do povo, principalmente dos trabalhadores e do povo uruguaio.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Rodrigo Aloy, amigo que trabalhou por muitos anos no grupo RBS, teve um infarto na semana passada e nos deixou; um rapaz jovem, infelizmente. Deixou muitos amigos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, com todos os registros devidamente feitos do microfone da tribuna feitos aqui, peço que nos postemos de pé para um minuto de silêncio em homenagem póstuma.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos matéria a ser apregoada? (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo o desarquivamento de proposições, conforme requerimentos encaminhados pelas Sras. Vereadoras e pelos Srs. Vereadores, cuja lista também está sendo disponibilizada nos grupos dos vereadores.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 13 a 17 de maio de 2025.

A Mesa declara empossado o Ver. Paulo Brack, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo representação externa da Ver.^a Juliana de Souza, que representará esta Casa na II Conferência Estadual do Povo de Terreiro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, nos dias 12 e 13 de maio de 2025.

Eram esses os pregões iniciais, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, diretor. Quero também fazer menção à presença do Ver. Enio Duarte Fernandez Júnior, de Rio Grande – seja bem-vindo, vereador –, que acompanha aqui os trabalhos do mandato da Ver.^a Vera Armando.

Vereador Coronel Ustra (PL): Presidente, boa tarde; boa tarde a todos. Uma questão de ordem: na próxima quarta-feira, daqui a uma semana, eu e a Ver.^a Mariana Lescano vamos depor na Polícia Federal, de acordo com um requerimento dos vereadores da bancada de esquerda, só que a gente está com uma dúvida. No requerimento aqui tem o nome dos doze vereadores da bancada de esquerda, só que no bloco de assinatura do SEI só consta o nome de quatro vereadores: Giovani Culau, Ver.^a Natasha, Ver. Robaina e o Ver. Pedro Ruas. Então a gente gostaria de um esclarecimento da bancada de esquerda, se é de todos os vereadores ou somente desses quatro vereadores que assinaram no bloco de assinatura desse SEI nº 0880241; só precisamos desse esclarecimento para poder prestar depoimento corretamente lá na semana que vem. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Vera Armando está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, vereadoras, público que nos acompanha através da nossa TVCâmara, senhoras e senhores que estão aqui nas galerias da Câmara Municipal de Porto Alegre. Hoje eu subo a essa tribuna para celebrar uma iniciativa que transcende siglas partidárias, ideologias e disputas políticas, porque há causas que nos convocam como seres humanos, como representantes públicos e, acima de tudo, como defensores da vida. A mobilização pela retomada da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres é uma dessas causas. A moção apresentada pela deputada Bruna Rodrigues, – da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pela recriação da Secretaria de Políticas para as Mulheres é um grito de urgência, em meio ao silêncio ensurdecido do nosso Estado diante do feminicídio que avança. São 48 dos 55 deputados que já assinaram essa moção; são de partidos diferentes, de trajetórias diferentes, mas unidos por algo muito maior: o compromisso com a vida das mulheres gaúchas. Quando uma mulher é assassinada, não é apenas uma vítima que tombou, é o fracasso de uma sociedade inteira. Estamos, há 10 anos, sem uma secretaria específica para enfrentar os desafios das violências enfrentadas pelas mulheres. Uma secretaria extremamente necessária para formular, executar e fiscalizar políticas públicas voltadas às mulheres. Não se combate o feminicídio apenas com indignação, é preciso ação, é preciso investimento, é preciso coragem política. Em 2014, a Secretaria de Políticas para as Mulheres dispunha de R\$ 19 milhões anuais para as suas ações. Com a extinção da pasta as políticas públicas foram sendo desarticuladas e no ano passado o governo destinou R\$ 3 milhões para as ações da área. Recriar essa secretaria é afirmar que o Rio Grande do Sul não aceita mais conviver com a normalização da violência contra as mulheres, é dizer às nossas mães, filhas, amigas e vizinhas que não estamos sozinhas. Quero aqui parabenizar os deputados pela iniciativa firme, corajosa e necessária e reforçar,

não importa o partido, importa a causa e essa causa é de todos nós, e nós aqui na Câmara também estamos engajados nessa causa e também seguiremos cobrando, propondo e agindo, porque isso é a política se colocando a serviço da vida. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Vera Armando. Com relação à questão de ordem, o Ver. Erick Dênil esclareceu aqui, Ver. Ustra, Ver.^a Lescano, está esclarecido.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde colegas, bom reencontrá-las e reencontrá-los. Eu subo nessa tribuna para me somar à fala da minha colega, nossa Ver.^a Vera Armando, que junto conosco tem feito uma luta importante para a gente desnaturalizar a realidade de violência contra as mulheres no nosso Estado e aqui em Porto Alegre. E o que a Ver.^a Vera trouxe a esta tribuna é tema que nós estamos propondo também a esta Casa, conjuntamente inclusive, para que tenhamos o apoio da Câmara Municipal de Porto Alegre, a recriação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, justamente para que possamos, com políticas públicas, enfrentar a realidade de epidemia generalizada de feminicídios e de violência contra as mulheres no nosso Estado. Hoje, pela manhã, imagino que muitas e muitos de vocês tenham também ouvido a fala, a entrevista do novo chefe de polícia do Estado, Heraldo Chaves Guerreiro, na Gaúcha. Heraldo falava sobre os desafios para enfrentar a realidade dos feminicídios, falava, inclusive, sobre como o enfrentamento ao feminicídio é hoje o maior gargalo na segurança pública estadual. É aquele tipo de crime que mais se tem desafios para pensar as estratégias de enfrentamento, pois o que nós estamos apresentando é que com políticas públicas para assegurar, inclusive, o enfrentamento à cultura misógina, à cultura que diz que o corpo das mulheres pode ser violentado, à cultura que diz que a vida das mulheres vale menos, com enfrentamento a essa cultura, como política pública,

a gente também vai reduzir e atacar esse problema dos feminicídios. É preciso assegurar a política pública para geração de renda e autonomia financeira das mulheres, para que muitas delas rompam ciclos de violência. Nós temos uma realidade onde a maior parte das mulheres vítimas de violência doméstica são mulheres negras, muitas delas em situação, inclusive, de não assegurar a autonomia financeira se não estiver naquele espaço junto daquele que é justamente o seu agressor e se coloca naquela situação, muitas vezes, por medo de colocar os seus filhos em risco. Então, é importante que a gente entenda as diferentes dimensões que o feminicídio tem e que exige que a gente tenha políticas públicas estratégicas que somente uma secretaria estruturada poderá dar conta. Por isso que eu discordo do que o chefe de polícia falou, e trago aqui para que a gente reflita, de que é preciso a gente pensar como resolver o problema do boletim de ocorrência, como resolver o problema de garantir que todo mundo saiba que pode pedir o uso da tornozeleira eletrônica para os agressores. Isso somente não basta. Ele falava, inclusive, que não é preciso recriar a secretaria de políticas públicas para as mulheres, mas que é preciso políticas públicas para as mulheres saírem da situação de violência. Essa é uma fala contraditória, porque se ele reconhece que é preciso política pública para enfrentar a violência doméstica, era preciso também reconhecer que para isso a gente precisa ter uma estrutura que se dedique integralmente a assegurar a efetivação da Patrulha Maria da Penha, a construção de redes de geração de renda, a construção de redes de proteção e de multiplicação das perspectivas de direitos para as mulheres, as políticas de abrigamento, de acolhimento das mulheres vítimas de violência; essa é uma grande fragilidade, pois hoje, uma mulher que sofre violência nesta noite não tem para onde ir com os seus filhos. Então, é sobre esses desafios que a gente está falando. Inclusive foi mostrado hoje na entrevista que foi assegurado o direito de fazer o boletim de ocorrência virtual. Porém, se aquela mulher precisa do abrigo, ela vai ter que se dirigir a uma delegacia. Então há lacunas na política, e é entre essas lacunas que ocorre a efetivação do feminicídio.

Então, pelo direito à vida das mulheres, a gente pede que esta Casa se some a essa mobilização em defesa da recriação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres.

Eu vou apresentar o requerimento pedindo para inserir, na Ordem do Dia, a nossa moção, e nós pedimos aqui o apoio dos colegas e das colegas. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Juliana. A Ver.^a Juliana falou em tempo de liderança pelo PT.

O Ver. Paulo Brack está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULO BRACK (PSOL): Boa tarde Presidente, boa tarde a todos os vereadores, vereadoras e a todos que nos assistem agora. Eu sou Paulo Brack, sou professor da UFRGS, já tomei posse na semana passada, também faço parte de organizações não-governamentais na área ambiental e participo dos conselhos de meio ambiente. Aqui, em Porto Alegre, a gente acompanha, por exemplo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o Comam, que é uma vergonha que não se reúne há quase meio ano. Lembrando que a presença de um conselho que funcione é requisito para o licenciamento ambiental. Qualquer licenciamento ambiental municipal tem como pré-requisito o funcionamento regular do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que não vem sendo feito, e nós vamos contestar inclusive todos esses licenciamentos que estão sendo feitos aqui em Porto Alegre, numa Prefeitura que está avançando com empreendimentos que estão destruindo a cidade, agora também com a permissão de torres de 130 metros, um absurdo, no Centro da cidade, Centro Histórico, que vai ser descaracterizado. Nós não temos mais uma Secretaria de Planejamento Municipal, que era, historicamente, junto com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, onde eu também fui técnico; trabalhei três anos na SMAM. A gente vê essa situação triste e revoltante em que vem se transformando Porto Alegre. Então, é muito importante que esta Câmara de

Vereadores tome sim atitude no sentido de questionar, inclusive, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental que está sendo hoje tocado sem um conselho. O CMDUA, que é o conselho do plano diretor, está funcionando de forma irregular, porque as eleições foram consideradas também não válidas. Da mesma forma, foi aprovada aqui na Câmara a nova lei relacionada ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, que retirou três vagas... Nós tínhamos 27 vagas, viraram quatro vagas, e a bancada, no caso, os representantes da Prefeitura, que eram sete, agora são 12. Então, essa aprovação foi considerada irregular também. Então o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o conselho do plano diretor estão sem funcionamento regular. Isso é muito grave, porque a sociedade precisa controlar o que está sendo feito pela Prefeitura, e é nosso papel também, não só da sociedade, fazer essa fiscalização, mas a Câmara de Vereadores também tem que estar ciente das irregularidades e da forma com que esta Prefeitura vem tocando o desmatamento e o avanço sem fronteiras de empreendimentos que são insustentáveis. Então, eu agradeço aqui a oportunidade, e ficamos, juntos com todos, esperando ou até lutando para que essa realidade se modifique. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Ver. Márcio Bins Ely, presidindo os nossos trabalhos, colegas, quero agradecer aqui pelo uso do tempo de liderança da bancada do PSDB aos líderes, o Ver. Gilson Padeiro, o Ver. Marcelo Bernardi. Subo aqui para, com toda a transparência, fazer algumas observações sobre os últimos dias, sobre as movimentações políticas, sobre o PSDB. Muitas pessoas têm perguntado, nesse momento de discussão, de fusão, em que formato se daria ou essa fusão, ou outro formato, com a bancada do Podemos, que motivou um ato aqui na Casa, na última sessão, da formação de um bloco que, *a posteriori*, foi ampliado com as presenças dos

vereadores que já integravam um bloco com o Podemos, que são os vereadores do PDT e do PSD. Eu tenho muito orgulho, muita satisfação de dizer que, há 33 anos, eu milito no PSDB. Eu não entrei no PSDB por fundo partidário, por tempo de TV. Eu entrei no PSDB na época de Mário Covas pela sua coerência nos posicionamentos e por causa do seu conteúdo programático. Eu não posso fazer uma crítica e me dizer oposição ao governo Lula e, em Brasília, fazer parte da base do governo Lula. Para mim, isso é incoerência. Eu vejo alguns dizendo: “Não, mas a organização partidária aqui é diferente da de Brasília”. Gente, isso é discurso para o eleitor que não conhece a fundo como funciona a política. Tu estando num partido que tem as contas alimentadas financeiramente por contribuições partidárias oriundas do ministério do governo atual, tu não podes fazer um discurso que tu és de oposição. Se tu participares do tempo das inserções de TV desses partidos, se tu fizeres campanha com a estrutura desses partidos, é uma questão de coerência. Então, continuarei no PSDB, que, ao contrário de muitos, ao contrário de muitas pessoas que até desejam, não deixará de existir, o formato da união com o Podemos está em aberto. Os vereadores aqui dão uma demonstração – Ver. Hamilton, Ver. Byl – de entendimento, de aproximação de vereadores que querem discutir a política com coerência, com posicionamento no centro democrático. Como é que eu vou criticar a polarização se aderir a um dos polos? Parece-me uma nítida incoerência. Então queria, em primeiro, fazer essa consideração, mas também dizer ao Ver. Marcos Felipi, que é da bancada da Federação PSDB e Cidadania até abril de 2026, que nos orgulha muito, muito, fazer parte da bancada ao lado de V. Exa., Ver. Marcos Felipi. Os nossos partidos, em nível nacional, já fizeram e deram um indicativo de que desejam terminar a nossa Federação PSDB e Cidadania, porém, quero deixar aqui, de público, o registro que o Ver. Gilson Padeiro, Ver. Marcelo Bernardi e este vereador, Ver. Moisés Barboza, continuam ao seu lado, admirando a sua forma de fazer política, como ex-secretário de Serviços Urbanos desta cidade. E aqui, nesta Casa, vamos continuar trilhando juntos, porque temos muitos anos de conquistas pela frente.

E, para finalizar, quero dizer que esse bloco, ao contrário do que alguns jornalistas escreveram, não se criou para negociar cargos ou espaços, esse bloco se uniu por posicionamento e por coerência. E tenho muito orgulho de estar neste bloco com a Ver.^a Cláudia Araújo, com o Ver. Márcio Bins Ely, com o Ver. Hamilton Sossmeier, com o Ver. Giovane Byl, com o Ver. Gilson Padeiro e com o Ver. Marcelo Bernardi. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Moisés Barboza, que falou em tempo de liderança pelo PSDB.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam a vergonha a que submetem a nossa cidade: o secretário de Saúde foi dar uma entrevista – Fernando Ritter, que se diz entendido de saúde, está desastrando a pasta – e disse que tem que ser decretado estado de emergência para Porto Alegre na saúde. Justamente, eu concordo, porque ele é o secretário e o Melo é o prefeito. Fizeram uma encenação que não tinha como sustentar, que precisavam de dinheiro, que o governador pegasse a saúde, pegasse a média e alta complexidade e, depois, recuaram. Ou seja, era fogo de palha, não era interesse por qualificar o serviço público, o SUS. E agora vem dizer que estamos com 101% de superlotação nas emergências, que o caos está instalado. Eu acompanho e denuncio o caos na saúde há muito tempo, sob o cetro de Fernando Ritter. Quantas vezes aqui pedimos nomeação de servidores para a saúde e ele não ouviu? O prefeito se fingiu de surdo, agora está colapsado e querem ajuda do governo federal. De novo, Lulinha. Se não fossem os bilhões de reais do governo federal para a reconstrução, Porto Alegre não teria uma casa contratada. Todas as residências contratadas pelo Minha Casa Minha Vida Reconstrução, dinheiro da União, do governo federal do Lula. Obrigado, Lula, porque estes incompetentes da cidade

só sabem se meter em confusão e briga, disputa política. Disputaram com o governador e não sustentaram. Não durou 15 dias o debate.

Mas o pior não é isso, o pior é o que vimos ontem: o governador do Estado achando que é o rei que manda e desmanda, brincando com a lei. Vinte e oito milhões de reais! Eu entrei hoje no Ministério Público Eleitoral para que investigue R\$ 28 milhões para autopromoção. Os deputados do PT já ingressaram no Ministério Público de Contas e nós estamos com eles. Obrigado, Miguel Rossetto, líder da bancada; obrigado, Paulo Pimenta, deputado federal. E, nesse vídeo, documentário produzido com dinheiro público, em 22% do vídeo do documentário é só Leite, só fala do governador, é o governador passeando com o jaleco laranja da Defesa Civil, quando ele não sabe nada de Defesa Civil. Mas ele estava lá nos alagados, passeando, e aparece no vídeo. Um documentário que promove o governador que é de conhecimento público que é pré-candidato ou a Presidente da República ou a senador. Todo mundo sabe, todo mundo fala, os jornais falam. E agora R\$ 28 milhões, que era para a reconstrução do Rio Grande do Sul, para fazer casa, reformar escola, refazer ruas, refazer postos de saúde, foram utilizados num documentário. O documentário "Nós por todos nós". Nós quem? E aí eles fizeram uma nota ontem, o governo estadual, tentando se defender. Vão ter que se ver com o Ministério Público Eleitoral, porque está lá o protocolo do Ver. Jonas Reis. O Bolsonaro foi tornado inelegível porque chamou os embaixadores, enquanto era Presidente, numa sala pertencente à União, estrutura da União, para falar mal do sistema eleitoral. Foi tornado inelegível. Então, nós enxergamos que tem margem para tornar o governador Leite inelegível, e essa é a busca que nós estamos fazendo. Porque uma pessoa que virou as costas para o povo gaúcho durante as secas que assolaram o Rio Grande do Sul, durante as enchentes de 2023, e a pior, de maio do ano passado, e agora deixou parados R\$ 6 bilhões no caixa do governo estadual, dinheiro da União, dos impostos dos contribuintes, não implementou. Esse não merece ser candidato em instância nenhuma.

E ele se acha acima da lei, que vai fazer um documentário que, inclusive, contrataram, vereadores e vereadoras, contrataram *trailers*. Nós

estamos sendo obrigados, se a gente assistir a um filme hoje, em várias salas de cinema do Rio Grande do Sul, vai estar lá o *trailer* pago com dinheiro do contribuinte estadual, aparecendo o Leite como protagonista. Em 40 minutos de documentário, 10 minutos são só Leite! Pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul, um governador produz um documentário sobre si próprio. Isso é uma vergonha, isso é uma tragédia em cima da tristeza, em cima do povo sem educação, sem saúde. Nós não nos calaremos, governador Leite! Aqui em Porto Alegre não, porque aqui tem 1,3 milhão habitantes que contribuem para que o dinheiro seja implementado em política pública e não em promoção de governantes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis.

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, boa tarde, colegas vereadores, nossa galeria e quem assiste pela TVCâmara; Ver. Tiago Albrecht, Lula e sua comitiva passam vergonha em qualquer lugar do mundo. O escândalo agora é a viagem do Presidente e sua comitiva à China. Lembrando que a primeira-dama Janja fez uso do maior avião da Força Aérea Brasileira, que é o KC-30, com aproximadamente 250 passageiros – obviamente ela e meia dúzia de gatos pingados –, foram para a Rússia e agora foram para a China. Um dos maiores aviões da Força Aérea Brasileira para viajar. No meu tempo, nós viajávamos com o VC-1, que era do Presidente da República, e viajávamos com o VC-2, que é o Embraer 190, com aproximadamente 60 passageiros. Mas o atual governo gosta de usar o KC-30, que é o maior avião da FAB. E durante, a sua comitiva e a sua ida para a China, nós tivemos um climão com o presidente Xi Jinping. Lula dá puxão de orelha – matéria da CNN – em comitiva ao defender fala de Janja sobre TikTok. A primeira-dama falou sobre o alcance da plataforma durante a reunião do governo

brasileiro com o presidente da China, Xi Jinping. A irritação do Presidente Lula com ministros, após críticas à primeira-dama Janja, azedou o clima da viagem à China e colocou a comitiva presidencial na mira do petista. E quem viu a entrevista do atual Presidente, ontem, viu que ele deu puxão de orelha nos seus ministros, porque só estava ele e dois ministros do seu governo e os integrantes do governo da China na sala com o Xi Jinping, Presidente Márcio Bins Ely. E ele acusou um dos ministros de ter vazado a conversa. Então, o Presidente que não controla seus ministros vai controlar um país do tamanho do Brasil, um país continental. E o que eles querem, Ver.^a Mariana Lescano? Eles querem censurar, eles querem caçar, eles querem que um vereador eleito democraticamente não possa vir na tribuna expressar a sua opinião, Ver. Márcio Bins Ely. Eu não posso mais vir aqui, expressar minha opinião e falar sobre fatos, fatos históricos do nosso País, que estão em qualquer livro aí e escritos nos jornais. Inclusive, o presidente da Rede Globo, Roberto Marinho, defendeu os governos militares à época, mas isso não importa. O que eu quero dizer é que a atual primeira-dama do Brasil passa vergonha, Ver.^a Vera Armando, é no débito, é no crédito, é no Pix, é no dinheiro, é no Bitcoin, em qualquer tipo de moeda ela está passando vergonha. Envergonhando o nosso Brasil, mundo afora, é uma vergonha atrás da outra. Para quem não lembra da última vinda de Xi Jinping ao Brasil, lá no Rio de Janeiro, o próprio presidente Xi Jinping falou à sua comitiva, para que chegasse ao governo brasileiro, que não queria a Janja perto dele. Todo mundo lembra disso aí. Inclusive, quando o Xi Jinping foi subir a rampa lá no Rio de Janeiro para a recepção do Presidente Lula, ela estava colocada de lado, para não envergonhar o governo brasileiro. E o atual Presidente, tem que estar remendando as conversas da sua esposa para que o Brasil não seja envergonhado perante o cenário internacional, o que não acontecia com a ex-Primeira-Dama, e todos nós reconhecemos o trabalho da Michelle Bolsonaro, que muito fez, e eu acompanhei de perto, pelas pessoas mais necessitadas do nosso País, principalmente, por aquelas crianças com deficiência, os pobres. A nossa presidente do PL Mulher, Michelle Bolsonaro, ajudou em muito o nosso País, enquanto essa atual primeira-dama do Brasil é uma vergonha aqui no País

e uma vergonha fora do nosso Brasil. E nós, do PL, viemos aqui apenas para registrar a nossa indignação com as falas dessa senhora fora do nosso Brasil. Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ustra. O Ver. Erick Dênil está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos os colegas, boa tarde a todos que nos assistem na TV Câmara, a todos que estão aqui no auditório da Casa, cumprimento a todos. Estava preparado e programado para falar sobre outro tema, mas, após a fala do Ustra, não podia deixar de expressar aqui, primeiro, o meu apoio ao Presidente Lula, que foi até a China fazer grandes negociações comerciais. O Lula é um estadista. O Lula é um governo que busca relações com todos os países do mundo, e não poderia deixar de visitar o país que mais cresce no momento, na atual história da humanidade, que é o Estado Chinês. E o Lula foi lá para criar relações comerciais, porque se preocupa com o povo, vereador, e se preocupa com a vida real e concreta das pessoas. Não poderia deixar de visitar a China e criar relações. E acho muito raso o ataque à Janja. Será que esse ataque é porque ela é mulher? Será que esse ataque é seletivo? Quando a Michelle Bolsonaro viajava o mundo inteiro ao lado do presidente Bolsonaro, não havia expressão da direita e da extrema direita contra Michelle Bolsonaro? Por que contra a Janja isso acontece? O Lula está de parabéns por tomar essa iniciativa, criar relações comerciais com o mundo inteiro, e dar exemplo de como um Presidente e um chefe de Estado deve se comportar perante as relações internacionais. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, que eu discordo claramente da posição que foi apresentada aqui pela Ver.^a Mariana Lescano, pelo Ver. Ustra, que chamam de liberdade de expressão o ataque à democracia. A nossa liberdade de expressão não pode ser uma liberdade de expressão que ataca erroneamente o estado democrático de direito, o que foi feito aqui nas semanas anteriores pelos dois

vereadores. Então essa representação judicial, essas críticas, as falas, não são personalizadas somente aos dois vereadores, e sim porque foi um ataque profundo à democracia brasileira e uma apologia clara à ditadura militar no Brasil. E nós, enquanto vereadores aqui dentro, nós não podemos permitir que isso aconteça, porque o Parlamento só tem vida e só tem existência, seja da oposição, seja da situação, porque nós não concordamos com o totalitarismo. Nós não concordamos, não compactuamos com a ditadura militar. Nós somos a favor das eleições. Nós defendemos o estado democrático de direito, e nós também somos aqueles e aquelas que não iremos tolerar a anistia, perdão para aqueles que atentaram contra a democracia no nosso País no dia 8 de janeiro de 2023. Eu queria subir à tribuna para falar sobre os problemas reais da nossa cidade, mas depois dessa fala, infelizmente, eu não poderia deixar de me expressar.

Ontem também, aí quero saudar aqui a presença do Ver. Marcelo Bernardi, que esteve presente lá na reunião da CEDECONDH – Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, da qual sou presidente, tivemos uma reunião muito importante com os moradores da ocupação Irmãs Maristas, na Zona Norte, no bairro Mário Quintana. Ontem nós tivemos uma participação massiva da comunidade e nós debatemos sobre a regularização fundiária. Eu tenho acompanhado o processo lá há três, quatro anos, junto à comunidade, e ontem foi um caminhar muito positivo, que vai seguir agora nas próximas semanas. Mas também quero registrar, vereadores, colegas, que em Porto Alegre nós não temos sequer um plano municipal de habitação. Hoje, 67 mil famílias em Porto Alegre sobrevivem em territórios que não são regularizados, ou seja, estão expostas ao esgoto a céu aberto, não tem saneamento básico nessas comunidades, não tem energia elétrica, não tem asfalto, não tem boca de lobo e não tem o mínimo de dignidade. Cabe a nós que somos vereadores debater com o Município de Porto Alegre e com todos os vereadores possíveis, com a sociedade civil, um plano, um programa para a cidade, para que a gente possa fazer essa regularização dessas 67 mil famílias que hoje, infelizmente, convivem e sobrevivem em situações insalubres. Então,

saúdo a comunidade Irmãs Maristas que esteve presente ontem, o pessoal da ocupação, saúdo o colega Ver. Marcelo Bernardi, que também se fez presente, e que a gente possa fazer um debate sério aqui nessa tribuna e defender os interesses do povo de Porto Alegre. A população está cansada de ver vereadores subindo aqui para atacar a democracia e para falar assuntos que não tratam da vida concreta e material da comunidade que mora nessa cidade e exige respeito desse parlamento. Então, a gente se coloca à disposição. A defesa da regularização é uma defesa do povo da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. Pergunto se mais algum vereador se inscreve em tempo de liderança? (Pausa.) Não havendo inscritos, registro aqui a presença da Presidente Comandante Nádia, peço que possa fazer o registro da presença, ao mesmo tempo solicito a abertura do painel para que possamos ingressar na Ordem do Dia.

(15h08min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, já conversei com a liderança do governo e com vários vereadores e solicito que o PR nº 033/24, que concede o Prêmio de Música Bebeto Alves a Gelson Oliveira Rodrigues, que seria apreciado na próxima terça-feira, seja a primeira matéria a ser apreciada hoje, tendo em vista que não haverá encaminhamento, apenas votação – e tenho certeza de que terei a solidariedade dos colegas vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Gilson Padeiro está presente, peço que a nossa assessoria registre a sua presença.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento):

Presidente, eu e o Ver. Giovane Byl gostaríamos de apresentar um requerimento conjunto. Em primeiro lugar, solicito o adiamento por duas sessões da discussão do PLL nº 196/25, projeto de minha autoria que concede o título de cidadã de Porto Alegre à reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Marcia Barbosa, que é o primeiro item da priorização do dia de hoje.

Solicitamos ainda que, diante desse adiamento, nós possamos votar, em primeiro lugar, um projeto de autoria do Ver. Giovane Byl, o PLL nº 022/25, que trata do reconhecimento enquanto patrimônio cultural à Vila dos Pescadores, que o Giovane Byl pode apresentar melhor.

Vereador Giovane Byl (PODE): Presidente, para complementar aqui o requerimento do Ver. Giovani Culau, que é muito parceiro nessa situação, é substituir pelo projeto do PLL nº 022/25, que é o projeto para tornar a Vila dos Pescadores patrimônio cultural e imaterial da cidade de Porto Alegre. Então, fica esse requerimento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau, que solicita adiamento, por duas sessões, da discussão do PLL nº 196/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Oliboni aprovou o requerimento para que o seu projeto seja votado por primeiro, porque concede o prêmio Beбето Alves. Então, o Vila Pescadores seria o segundo.

Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Giovane Byl e Giovani Culau e Coletivo, e eu quero dizer que me somo também à essa iniciativa, para que o PLL nº 022/25 seja o segundo projeto a ser apreciado. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê a ementa do PR nº 033/24.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PR nº 033/24. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê a ementa do PLL nº 022/25.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 022/25. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Márcio Bins Ely, meus caros colegas, olha, respeitando aqui e considerando talvez, talvez a boa vontade dos proponentes em estabelecer aqui que a Vila dos Pescadores, ali próximo aos bombeiros, na Zona Sul da cidade, seja declarado patrimônio imaterial, mas isto é o tipo de projeto que traz um risco altíssimo à cidade de Porto Alegre e é, inclusive, um desrespeito com os pagadores de impostos dessa cidade. Porque, quem paga a conta desta Casa aqui, da iluminação, de todos os equipamentos imobiliários, nosso salário, servidores, quem paga a conta, certamente batalhou muito ao longo da sua vida, muitas vezes tendo dois, três empregos, fazendo conta no final da semana, no final do dia, para saber como é que vai conseguir sobreviver a semana seguinte e ainda assim conseguiu alugar uma casinha ou comprar um terreninho, comprar a sua casa para poder ter a sua vida com dignidade.

A invasão de imóveis, a invasão de terras, de prédios, no Brasil, não é uma prerrogativa, não é uma questão apenas de Porto Alegre, ela está presente em absolutamente todos os grandes centros urbanos e isso traz diversos prejuízos à população das cidades e não apenas de Porto Alegre. Traz,

por exemplo, já de imediato, a insegurança jurídica. Não é possível, pela lei, pela Constituição, nós termos o chamado usucapião para imóveis públicos, áreas públicas, sejam elas do Município, do Estado ou da União, como é o caso que nós estamos enfrentando aqui específico com relação a esse projeto de lei. Segundo que, quando nós temos uma cidade que tem um crescimento desordenado, desorganizado, onde cada um pega um terreninho que está baldio, vai lá e constrói um casebre, depois faz um puxadinho e outro puxadinho; quando nós temos um crescimento desordenado da cidade, isso traz um impacto inclusive naqueles serviços públicos que são tão carentes e tão necessários à boa parte da população de Porto Alegre.

A Vila dos Pescadores que está nesse projeto aqui, ela é de propriedade, aquela área ali é de responsabilidade e propriedade da União, portanto, do governo federal. E por que é? Porque é uma área ribeirinha, é uma área de risco, é uma área de mata ciliar, é uma área que não é apropriada para aquele tipo de aglomerado urbano. Inclusive, na última enchente, ficou mostrado e comprovado que as pessoas que ali estão correm risco, no caso não apenas pelo nível do Guaíba, mas pelas ondas causadas justamente por um Guaíba com maior volume de água e com águas mais revoltas. Isso faz com que a gente tenha um sistema de erosão, cavando embaixo dessas casas e das construções que ali estão, colocando inclusive aquelas pessoas em risco. Nós não podemos aqui legislar e querer fazer projetos de lei para, no final das contas, ficar de bem com uma comunidade ou com meia dúzia de pessoas, de famílias, de um grupo específico. Os projetos desta Casa devem olhar para o todo, para a cidade de Porto Alegre, para quem paga a conta, inclusive para aquelas pessoas que lá estão e que estão com risco. Digamos que a gente declare patrimônio imaterial àquela comunidade, e que a União acabe desistindo de realocar aquelas famílias. O que vai acontecer se uma tragédia, numa próxima enchente, ou até mesmo uma erosão acontecer e ali ferir uma pessoa e quem sabe matar uma pessoa? Então, pelo Novo, nós estamos discutindo ainda. Eu acho fundamental, Presidente Comandante Nádia, que nós possamos aqui fazer o alerta aos colegas, porque muitas vezes a gente vai votando as coisas aqui, e parece que

alguns não estão acompanhando, não sabem o que está acontecendo, e isso é um risco para a cidade, para aquelas famílias, e vai contra a lei que deveria reger absolutamente tudo que nós fazemos aqui dentro desta Casa Legislativa. Muito obrigado.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Ramiro Rosário. Suspendo a sessão por cinco minutos para que nós possamos fazer um entendimento maior sobre esse projeto que está sendo discutido na tarde de hoje.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h19min.)

(15h26min) Estão reabertos os trabalhos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quero cumprimentar a vereadora de Sant'Ana do Livramento que nos visita na tarde de hoje, Ver.^a Simplesmente Eva, do PL, vereadora que tem feito um excelente trabalho na nossa fronteira do Rio Grande do Sul. Seja bem-vinda, a Casa é sua, vereadora!

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Eu queria colocar para segunda-feira, Presidente Comandante Nádia, em votação o PLL nº 343/24, que institui a terceira semana de maio como a semana das famílias atípicas. Como a gente não teve condições de ter a reunião de lideranças, com a sua autorização e do diretor Luiz Afonso, gostaria de colocar em votação, de preferência, a primeira votação da segunda-feira.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estamos em discussão... Ordem do dia, Ver.^a Juliana, pois não?

Vereadora Juliana de Souza (PT) (Requerimento): Presidente, solicito a retirada da priorização do Requerimento nº 175/25, e que seja colocado no seu lugar o Requerimento nº 171/25, que está no nº 04 da nossa pauta de hoje. E colocar, no lugar do Requerimento nº 171/25, o Requerimento nº 226/25, que versa sobre o apoio desta Casa à recriação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Espera, vamos ver se eu entendi...

Vereadora Juliana de Souza (PT) (Requerimento): O nº 04 da priorização passa para o nº 10, e entra o Requerimento nº 226/25, no lugar do nº 04. E é retirado da priorização o Requerimento nº 175/25, que está no nº 10. São três pedidos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ele não está na Ordem do Dia ainda ou está?

Vereadora Juliana de Souza (PT) (Requerimento): Está.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Estou fazendo o requerimento da Ver.^a Juliana e acredito que o da Ver.^a Vera Armando, é junto? Ok.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Juliana de Souza, solicitando a retirada do Requerimento nº 175/25, que é um moção de repúdio ao PLC nº141, de autoria do deputado federal Bibó Nunes, da priorização de votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Juliana de Souza, solicitando alteração da ordem da priorização de votação para que o Requerimento nº 171/25, que é uma moção de repúdio ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, seja a 10º matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o requerimento de autoria das vereadoras Juliana de Souza e Vera Armando, solicitando o ingresso do Requerimento nº 226/25, na priorização de hoje, como a quarta matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje. É uma moção de apoio à secretaria de política para as mulheres. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 022/25. (Pausa.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Comandante Nádia, eu subo aqui nesta tribuna para discutir o assunto, porque, apesar de meritório - e, de fato, a Vila dos Pescadores tem a sua história e já está inclusive consagrada no coração da cidade -, esse projeto não apresenta, Presidente e colegas, conformidade legal, pois, de acordo com as nossas leis, vereadores não podem declarar bens imateriais através de projeto de lei. Isso está na Lei Municipal nº 9.570, de 2004. Além disso, importa salientar que a lei que trata sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial não refere que as partes legítimas para provocar a instauração de processos de reconhecimento são os vereadores.

Então, nós temos problemas aqui. Fui informado, inclusive, pelo André Coronel, secretário de Governança do Município, e ele nos relata que há um trânsito em julgado, que a própria Advocacia-Geral da União já determina que ali é uma área de risco, que ali é uma área onde as pessoas que ali vivem correm risco nas suas moradias e nas suas vidas. E, no fim e ao cabo, é possível você fazer uma realocação dessas famílias, desses porto-alegrenses, e levar

junto a história. Agora, eu pergunto: além de ser contra a Lei Orgânica, vamos ainda abrir caminho para que até mesmo uma decisão judicial, que já determinou que é área de risco e que não podem permanecer ali... Que essas pessoas, então, consigam esse primeiro passo. Repito: a Lei Orgânica não permite que um vereador faça esse processo, mas que permaneçam ali a título de preservação como cultura imaterial, correndo risco. Aliás, há dois outros projetos nesse pacote, que serão votados a *posteriori*, e que irão dificultar a ação do cumprimento desse trânsito em julgado de remoção de algumas famílias que estão em situação precária.

Repito: não é contra o autor do projeto, não é contra a vila e a história dos pescadores. Nós temos porto no nosso nome, Ver.^a Vera Armando, mas se trata da legalidade e da segurança. Até porque, repito, há um combo de projetos que serão votados. Esse é o primeiro, aparentemente inofensivo, apesar de ilegal, na nossa interpretação. Então, nós temos que olhar para esses fatos. Aliás, Porto Alegre, Ver. Ramiro Rosário, tem mais de 700 comunidades onde as pessoas simplesmente ocuparam. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Parece, Ver. Marcos, que hoje é feio falar em invasão, mas são pessoas que foram ocupando, foram entrando. E aí, para cada uma dessas comunidades, a gente vai dar título e honraria. Como é que fica o planejamento urbano? Como é que fica a vida dessas famílias? Em muitas comunidades, como, por exemplo, ali no córrego Mendes Sá, a gente não consegue botar talude no córrego, a gente não consegue canalizar. Por quê? Porque é uma área de proteção ambiental que tem pessoas que moram há 50 anos, mas que no papel não existem. Então, eu acho que a gente precisa ter um planejamento macro, repito, respeitando o contraditório, nada pessoal contra a proposição.

Para concluir, Presidente, nada contra, pelo contrário, toda a história da Vila dos Pescadores, mas me parece que o mais coerente aqui é o voto contrário. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Tiago Albrecht.

Mais algum vereador deseja discutir a matéria? (Pausa.) Encerrada a discussão. Em votação. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas, subo novamente aqui para reforçar o entendimento, não apenas do Partido Novo, mas de alguns outros vereadores que nós estamos conversando aqui. Primeiro, sobre a ilegalidade deste projeto de lei. Não cabe, não cabe, Ver. Jonas Reis, do PT, não cabe aos vereadores propor projeto de lei que declara bem cultural de natureza imaterial. Quem diz isso é a Lei Municipal nº 9.570 de 2004. Se a Câmara de Vereadores de Porto Alegre não cumpre a lei municipal, Ver.^a Vera Armando, o que nós estamos fazendo aqui? Porque existe uma lei municipal que impede esse tipo de projeto. Aí eu não consigo entender como nós vamos, aqui, primeiro, tramitar ou propor um projeto de lei ilegal, que não tem aplicabilidade legal, e depois nós vamos votar isso e quiçá aprovar. A insegurança jurídica que isso causa, meus amigos, é enorme. Nós já tivemos aqui diversas vezes decisões judiciais que vêm, derrubam projetos, fazem projetos andar, derrubam lei que foi aprovada. Vocês querem mais uma lei, mais uma, que poderá ser facilmente derrubada na Justiça, porque confronta a legislação que a Câmara de Vereadores aprovou? Eu não consigo entender isso e não sei, sinceramente, o que estamos fazendo aqui, caso nós rasguemos a legislação municipal.

Segundo ponto, e aí me dirijo aqui ao meu estimado amigo, a quem eu devo muito respeito e consideração, o secretário de governo André Coronel. Cadê o secretário de governo André Coronel? Não está aqui, mas ouvirá, e certamente tem a sua equipe aqui para poder também repassar a ele. Há alguns meses, a cidade de Porto Alegre fez uma escolha entre dois projetos políticos, entre duas visões de mundo. O projeto que foi derrotado, representado por Maria do Rosário, era um projeto que traz uma série de deturpações e de, vamos fazer aqui, uma romantização do processo habitacional através de invasões de terra. Esse é o projeto representado pelo PT, pela então candidata Maria do Rosário.

Se Maria do Rosário tivesse sido eleita, eu não me espantaria ter que analisar este tipo de projeto de lei aqui, porque aí sim estaria a cidade verbalizando e agindo de acordo com os interesses e com a visão de mundo legitimamente colocada na urna. Porém, Sebastião Melo não foi eleito com o apoio da esquerda. Sebastião Melo não foi eleito com a visão de mundo defendida pelo Partido Comunista do Brasil, pelo PSOL e pelo PT. Sebastião Melo foi eleito por um grupo de pessoas que representa diversas visões do mundo, desde o centro mais à direita, e certamente não está inserido neste contexto político pessoas que flexibilizam, romantizam invasões ou que queiram de alguma forma aqui abrir caminho para que se legitime, perpetue... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...uma comunidade que está instalada numa área que não é dela. A área é da União, é uma área de risco. Não apenas por uma visão de mundo, e defendendo aqui quem paga a conta, o pagador de impostos, que nesse momento não está nos acompanhando aqui porque está ralando, está trabalhando para pagar impostos e também quem sabe a prestação da sua casinha, que comprou de forma honrada porque não invadiu terra de ninguém, nem do Estado, nem do Município, nem da União e nem de um outro terceiro. Por esse pagador de impostos já seria suficiente nós votarmos “não”. Agora, aquelas pessoas que lá estão também sofrem risco de vida. Não é crível nós aqui fazermos o início de um projeto, porque esse é o primeiro entre tantos outros que chegará na AEIS. Não é crível nós votarmos aqui pela permanência de uma comunidade num local, Ver.^a Comandante Nádia, onde as pessoas sofrem risco de vida pela sua dignidade, pela sua própria segurança. Então, o Novo, obviamente, encaminha “não”, e peço o voto de todos os vereadores, muito especialmente daqueles, Ver.^a Comandante Nádia, que participaram do projeto de Sebastião Melo, porque o projeto que foi eleito na urna, na urna, no nome do prefeito Sebastião Melo, não é um projeto que flexibiliza, romantiza invasões e muito menos que traz benefícios a esse tipo de situação. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ramiro.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/25.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Boa tarde, Presidente Comandante Nádia; boa tarde vereadoras, vereadores, público que nos assiste aqui nas galerias e também toda a comunidade da Vila dos Pescadores, que está assistindo esta sessão. Eu quero fazer alguns esclarecimentos aqui, fazer algumas pontuações. Na enchente de 1941, a cidade foi alagada, o que não é notícia, não é novidade para ninguém, e o prefeito, a Prefeitura, o governo da então gestão foi até a Ilha da Pintada e reassentou as famílias que estavam lá na Vila Assunção, isso em 1941. Então, ora lá, meus amigos, colegas vereadores, nós estamos falando de uma comunidade que foi reassentada pelo Executivo. E essa comunidade se consolidou, ela se tornou um cartão postal da nossa cidade. A procissão, que hoje nós temos, da Nossa Senhora dos Navegantes, iniciou lá, na Vila dos Pescadores. No entanto, Ver. Fleck, essa Casa, em 2012, criou uma lei, criando a Semana Municipal da Vila dos Pescadores, pelo valor histórico que essa comunidade tem. Ora, se você vai para a Zona Sul de Porto Alegre, passa ali pela Av. Guaíba, você não pode deixar de notar essa comunidade que existe ali há mais de 70 anos. O que acontece? O Ministério Público, ao longo dos anos, entrou com um processo contra o Executivo para retirada dessas famílias. O Executivo, dentro do processo, vem trabalhando num plano de contingência para regularização dessas famílias. E, dentro desse plano, apresentado pelo Executivo, dentro do processo judiciário, o Executivo sempre se mostrou do lado da comunidade para essa regularização. Essa reintegração de posse que hoje ocorre, oriunda do Ministério Público, a Prefeitura sempre se colocou, Ver.^a Grazi, do lado da comunidade. No ano passado, o Ver. Giovani Culau e Coletivo, ainda presidente da CUTHAB, e eu, membro da CCJ, realizamos uma comissão conjunta da CCJ com a CUTHAB, onde esteve presente a Defensoria Pública, PGM, com três encaminhamentos para que o Legislativo da capital se somasse ao Executivo nesse esforço para manter essa comunidade lá. E esses projetos se deram, tornar a Vila dos

Pescadores patrimônio cultural e material, tornar a Vila dos Pescadores uma área de interesse especial e social; também, o desgravame do trecho que pega a Vila dos Pescadores. O que nós temos aqui hoje, diante de nós, vereadores, é a luta de uma comunidade consolidada, que, nada mais, nada menos, está lutando para não ser apagada da história da sociedade, porque quem despachou isso lá no MP não olhou a história, não olhou que essas famílias estão lá desde 1941. A gente vem num processo de limpeza das periferias; a gente sabe que tem muito interesse escuso de tirar a periferia da vitrine, mas essa comunidade que é composta por trabalhadores e por trabalhadoras tem o apoio do Executivo, sim, e tenho certeza que vai ter, na tarde de hoje, o apoio da maioria dos vereadores de Porto Alegre que reconhecem a história de Porto Alegre. Vida longa à Vila dos Pescadores, vida longa a todas as periferias de Porto Alegre que lutam pelo seu respeito, pelo seu conhecimento. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovane Byl. Mais algum vereador deseja encaminhar? (Pausa.)

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 022/25, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este é um projeto que permite à cidadania refletir sobre o conceito de gentrificação. Nós vivemos em uma sociedade que é cindida, é dividida entre classes, e os poderosos têm os seus representantes, que são, ideologicamente, os representantes do capital, do dinheiro, do poder econômico; que, muitas vezes, sequer sabem o que se passa dentro de uma comunidade periférica no que tange à ausência de políticas públicas, sejam elas saneamento, habitação, assistência social – as principais –, educação, saúde, evidentemente, e segurança, porque todos querem. Mas é emblemático ver que o governo se divide, os governistas se dividem. Aqui trata-se de ver também como surgem os inimigos do povo e o seu discurso, que é um discurso que se veste de algo

próximo da legalidade, reivindicam a legalidade. Quando tem um direito para o povo trabalhador, eles inventam que o direito do povo trabalhador é ilegal. E eu quero lembrar que o direito a morar é constitucional, morar com dignidade; mas tem gente que ignora essa parte da Constituição. Então a gente precisa recordar a Constituição da Porto Alegre de hoje. Aqui, em 1968, na Ilhota, comunidade em que hoje está plantado o ginásio Tesourinha, aquela comunidade era de negras e negros, que pela ditadura militar foram expulsos, jogados na Restinga, sem direito a transporte, saúde, educação, e longe dos seus trabalhos, dos seus empregos. Uma história muito triste e não é diferente com o Areal da Baronesa, não é diferente com todo o 4ª Distrito, não é diferente com a Colônia Africana, com os vários espaços da cidade em que a população pobre estava marginalizada e foi mais marginalizada ainda pelos governos.

Eu quero dizer aqui a V. Exa., Ver. Giovanni Culau, parabenizar por esse projeto, e a partir desse projeto o governo vai ter que, agora, também garantir que as crianças dos pais e mães lá da comunidade dos pescadores tenham direito à creche, que é um direito que lá não está tendo. Então esse reconhecimento hoje é para dar espaço também para reivindicarmos uma escola municipal lá naquela região. É isso que eu reivindico! E está aqui o secretário André Coronel a quem já deixo consignado: Nós precisamos de uma escola municipal de educação infantil naquela região, nós temos ali mais de 60 crianças na fila aguardando vaga de zero a cinco anos. Essa é uma luta que eu como professor não abro mão, nós precisamos de mais escola. Onde estiver faltando um posto de saúde, uma escola, vocês verão o Ver. Jonas Reis junto, e é por isso... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.)... que este projeto contará com o apoio dos 12 vereadores da oposição, porque nós estamos a favor de mais direitos, nós estamos a favor do povo trabalhador. Nós estamos falando de uma comunidade pobre. No tempo do PT eram mil moradias ano, em 16 anos que governamos a capital. Depois os outros vieram e não fizeram, com orçamento próprio, habitação de interesse social, e agora são dependentes do Minha Casa Minha Vida. A Prefeitura de Porto Alegre hoje é dependente do Minha Casa Minha Vida, porque não bota um real na habitação, e isso, secretário

André Coronel, V. Exa. sabe, e manteve lá no DEMHAB o outro André, o André Machado, que não entregou nenhuma casa com recurso próprio. Então, tem coisas que continuam dando errada, que não vão mudar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas Reis. Mais algum vereador deseja encaminhar a matéria? (Pausa.) Não tendo mais nenhum vereador, está encerrado o encaminhamento. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário e a Ver.^a Natasha Ferreira, o PLL nº 022/25. (Pausa.) Vota “sim”, o Ver. Gilson Padeiro. Vota “sim”, a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. Ver. Erick Dênil vota “sim”. Mais algum vereador não conseguiu votar ou deseja trocar o seu voto? Está encerrada a votação. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** com 28 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Vereador Giovane Byl (PODE): Só uma questão de ordem aqui, quero agradecer à Presidência, quero agradecer a todos os vereadores em nome da Vila dos Pescadores, obrigado pelo reconhecimento dessa comunidade que faz parte da história de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Parabéns, Ver. Giovane Byl. Passamos ao número 2 da folha.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê a ementa do PLCL nº 025/23.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLCL nº 025/23. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu sei que o PT tem medo de mim, Ver. Jonas, pode chorar. Nós patrolamos o PT duas vezes na segunda-feira, eu sei que é isso.

Bom, senhoras e senhores vereadores, não estou aqui para falar do Jonas, nem do PT. Estou aqui para falar do pagador de impostos. E todos nós, os 35 vereadores, temos o pagador de impostos que nos demanda, que quer que o seu direito seja respeitado. Na verdade, este aqui é um projeto que surge de um cidadão, é uma demanda popular, digamos assim, e que está incluindo artigos na Lei Complementar nº 992, de 7 de novembro de 2023, que estabelece normas gerais para o processo administrativo no âmbito da administração municipal direta e da administração municipal indireta e também dá outras providências. A gente, então, está fixando prazos para o processo administrativo para que a gente possa respeitar o demandante, o litigante, enfim. Porque muitas vezes o poder público senta em cima do processo e o processo fica lá esquecido, fica lá arquivado.

O nosso projeto então está partindo dessa reclamação de cidadãos que querem que as suas demandas ao Executivo sejam apreciadas dentro de um prazo razoável, que as suas demandas sejam respeitadas por quem quer que esteja no governo. Esse aqui é um projeto de lei de Estado, não de governo.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à razoável duração do processo, conforme estabelecido no inc. LXXVIII do art. 5º da nossa Carta Magna, na lei de processo administrativo federal e também na estadual existe a previsão de prazo para despacho e julgamento dos processos administrativos.

Então nós estamos arreglando, estamos colocando Porto Alegre em sintonia com a lei estadual e com a lei federal. Nós estamos incluindo o recesso de fim de ano com suspensão dos prazos, assim como já existe no Poder Judiciário, para atender ao pleito da advocacia. Vários aqui são advogados ou bacharéis e certamente já tiveram essa questão também enquanto advogados.

Então é um projeto que adequa a nossa lei municipal, respeita o pagador de impostos, respeita o demandante para que aquele que entra com um processo, seja lá qual for, contra o Executivo, possa ter o seu direito respeitado, a sua demanda analisada num prazo razoável.

Nesse sentido, para finalizar, Presidente, eu quero agradecer aos assessores de plenário do governo e, na pessoa do Tiago, assessor do governo,

eu faço isso, que o Tiago nos ajudou nessa construção para que o projeto ficasse exequível, ou seja, que as secretarias, que os órgãos municipais diretos e indiretos possam de fato cumprir essa lei, que essa lei não seja apenas algo pueril para eu aprovar, para nós aprovarmos aqui, e depois não conseguirmos colocar em prática.

Então, obrigado, Tiago, pela sua ajuda, obrigado aos assessores do governo também, à nossa assessoria de bancada e de gabinete, tenham certeza que estaremos ajudando... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...Para concluir, estaremos ajudando independentemente do espectro político, se é oposição, se é governo, se é centro, todos os cidadãos de todas as matizes que ingressarem com litigâncias, que forem administrativamente querer o seu direito, nós estaremos então respeitando, dando um prazo e honrando a população de Porto Alegre que nos colocou aqui para legislar. Obrigado e peço o voto “sim” neste projeto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Tiago Albrecht. Mais algum vereador deseja discutir a matéria? Não tendo nenhum vereador que queira discutir, está encerrada a discussão. Só um momentinho, não está encerrada a discussão, porque tem uma emenda, então alguém quer discutir?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A emenda, na verdade, entrou neste segundo, por isso que a Presidente estava já encaminhando.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Faz o pregão então.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ramiro Rosário e do Ver. Tiago Albrecht, ao PLCL nº 025/23.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 025/23, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário solicitando votação em destaque para essa emenda.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Gilvani o Gringo, ao PLL nº 010/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 010/25, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Está encerrada, neste momento, a discussão. Vereadores que queiram encaminhar a matéria, temos encaminhamento da Emenda nº 01, que está destacada; então encaminhamento da Emenda nº 01 e do projeto. Como não temos nenhum vereador que queira encaminhar, está encerrado o encaminhamento do projeto.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCL nº 025/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCL nº 025/23. (Pausa.) OS Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Parabéns, Ver. Tiago.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 167/25.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito ao Ver. Márcio que assuma a presidência, tendo em vista que esta Presidente é autora desse projeto.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 167/25. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Presidente Márcio, colegas vereadores; essa é uma moção que diz respeito a todos nós, vereadores. Inclusive, é uma moção que eu deixei o bloco de assinaturas aberto, gostaria de ter tido mais vereadores assinando essa moção de apoio ao projeto que está no Senado, na Câmara Federal, sobre securitização. O que significa isso? Significa que o agricultor, as pessoas que trabalham na terra, plantando, colhendo, alimentando a cidade e tantos outros municípios do interior, possam ter um pouco de tranquilidade, principalmente por conta das enchentes.

Quem não conhece o agro é bom saber: o agro tira um financiamento para comprar as sementes, para comprar os maquinários, para plantar e colher. A partir da venda da sua colheita, os agricultores acabam pagando esses financiamentos que são retirados. No entanto, com a enchente que nós tivemos, muitos agricultores, o nosso agro padeceu. As lavouras, as sementes plantadas que deveriam crescer, elas foram destruídas pela força das águas. Por óbvio que o agricultor, Ver. Cecchim, líder do governo, não conseguiu ter recursos para pagar as dívidas que foram adquiridas em financiamentos, para pagar assim que eles tivessem a colheita e a venda do seu produto.

Ora, senhores, hoje os agricultores do Rio Grande do Sul, Jessé, padecem, sofrem, não estão pedindo esmolas, estão pedindo o direito de

continuar plantando, colhendo e trazendo comida para a mesa de milhares de pessoas do Brasil e fora do País.

O governo federal, por sua vez, pouco ou quase nada estendeu de mão a esses homens e mulheres do campo. E é por isso que esse projeto de securitização vem trazer uma calma, vem fazer com que os agricultores possam, ao longo de 25 anos, ter orçamento, ter financiamento para poderem novamente plantar, mas o mais importante, tirar o seu nome do Serasa, tirar o seu nome das dívidas que constam hoje.

O Rio Grande do Sul pede a aprovação desse projeto de lei que está em nível federal. E nós, aqui de Porto Alegre, que temos também famílias de agricultores no Extremo-Sul, temos piscicultores nas Ilhas, não podemos deixar de também, enquanto parlamentares, nos manifestar. E, por isso, eu peço a aprovação por unanimidade dessa Moção de Apoio à Securitização, que, aliás, agora, em 2025, está encerrando a securitização que aconteceu lá em 2000, e que lá foi aprovada no Congresso Nacional.

Senhores, é uma questão de humanidade. Senhores, é uma questão de dignidade para o homem e para a mulher do campo. Senhores, é uma questão de sobrevivência para nós, que comemos aquilo que é plantado todos os dias. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Cecchim, aparte?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Para economizar, Sr. Presidente, eu não vou usar a tribuna, mas quero dizer que a Ver.^a Comandante Nádia foi muito inteligente, foi didática e convincente nesta proposta. Então, realmente, nós temos, com essa descrição que ela fez, que votar nesta proposição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Cecchim.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 167/25.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, é importante, essa moção nos permite lembrar o que tem acontecido no Brasil, e não é de hoje. Claro que a agricultura é fundamental, ela desenvolve a economia, o Brasil é um País conhecido internacionalmente pela sua produção e pela elevação da capacidade produtiva, mas também é emblemático que nós e os agricultores fiquemos reféns do capital, que vende as sementes transgênicas, detém a tecnologia, que não é brasileira, este é o problema, e os agrotóxicos, que a tecnologia também não é brasileira, são de empresas internacionais, e que, agora na seca do Rio Grande do Sul — nós estamos passando por uma seca grave —, quem está lucrando não são os agricultores, quem está lucrando é o capital que vendeu as sementes, vendeu o agrotóxico, vendeu os insumos, e o detentor da terra, o trabalhador, quem produz mesmo, quem sofre lá, é refém dos bancos, é refém dos empréstimos.

Então, esse projeto de lei que está lá no Congresso, é um projeto importante, sem sombra de dúvidas, Projeto nº 320/25, mas o buraco é mais embaixo do problema que vive a agricultura nacional, e é isso que a gente precisa falar. Nós precisamos fazer aqui a solidariedade ao agricultor, não só ao projeto, mas ao agricultor que produz e que é violentado pelo sistema bancário e a especulação financeira. E eu não vejo ninguém falar disso, não vejo.

A extrema direita vai lá e fortalece o sistema bancário botando Paulo Guedes de ministro da economia durante o governo Bolsonaro, que destruiu o Brasil, destruiu a economia brasileira, sacaneou os produtores, a agricultura, não só familiar, mas também o agronegócio, porque foi elevando a taxa de juros, e, hoje, esse juro que o agricultor está pedindo com a securitização, que é a revisão dos juros, a revisão das dívidas, porque, ano após ano, ele está refém do sistema financeiro.

Começou também com os inimigos da Pátria, inimigos do agronegócio, que é o sistema financeiro internacional, o capitalismo voraz, que devora as vidas não só da classe trabalhadora, mas também dos empreendedores brasileiros. Eu, como um militante da esquerda, não posso votar numa moção dessas sem explicar o que está por trás. Com certeza, eu vou

votar a favor da moção, mas eu vou dizer aqui, dar o nome aos bois, colocar os pingos nos is, porque, a todo momento, recortam pedaços da realidade, mas não contam tudo ao trabalhador, à trabalhadora. E você, porto-alegrense, saiba que, se hoje nós vamos pagar mais caro pelo alimento, é porque o alimento está sendo vendido para fora, porque a gente é regrado pela Bolsa de Valores, o que é uma vergonha, pelas *commodities*. E aí se desmatou o Brasil inteiro, foi isso que se fez.

Hoje, nós sofremos a crise climática pelas gerações do passado, que, infelizmente, nesse quesito ambiental, foram ignorantes. Foram ignorantes, nos deixaram um problemão, Ver. Paulo Brack, que é resolver a crise climática para o futuro. Nós não podemos pensar só no presente. Então, coloquem a mão na consciência: quando se arranca uma árvore na cidade de Porto Alegre – e o governo Melo faz isso – se prejudica lá no campo, prejudica a produção do agricultor. E não é só com moção de apoio ao projeto que resolve; é com plantio de árvores e preservação da Mata Atlântica em Porto Alegre, que eu quero ver quem é que vai defender a mata do Sabará...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): ...a Mata Atlântica do Sabará, porque aí é defender os agricultores também. É isso que nós temos que falar aqui.

Então, não venham vocês com recortes da realidade. Para concluir, meu Presidente, nós precisamos debater o clima, debater a produção e apoiar, com certeza, os agricultores, como eu apoio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jonas. Ver. Ramiro Rosário.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Contribuir só com o debate aqui com o Ver. Jonas Reis, só para lembrá-lo que, inclusive, Porto Alegre recebeu

agora, da Organização das Nações Unidas, o reconhecimento pela política ambiental e de plantio de árvores nos últimos anos em Porto Alegre. Então, nós estamos no caminho certo, Ver. Cecchim.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Ramiro Rosário.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 167/25.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Márcio, em exercício, saúdo V. Exa. no comando dos trabalhos neste momento. Quero me dirigir aos colegas vereadores, em especial à Comandante Nádia, parabenizá-la pela moção. Eu não ia subir, Presidente Comandante Nádia, mas como o vereador líder da oposição fala tanta bobagem, tanta *fake news*. Aliás, ele foi processado e condenado nas eleições por espalhar *fake news* do Melo, Ver. Mauro.

Então, a gente precisa subir aqui e, ao mesmo tempo em que a gente parabeniza a Comandante Nádia por ter proposto esta moção, a gente precisa repudiar a fala de alguém que se diz professor com doutorado e fala tanta asneira aqui. Sobrou para o capital, sobrou para o Paulo Guedes, sobrou para todo mundo. O Lula está indo para a metade do seu terceiro ano de governo, e o máximo que ele soube fazer pelo Rio Grande do Sul é colocar a culpa nos gaúchos pelo déficit. Ele falou que se não fosse a cheia, não teria déficit, o que é uma mentira, aliás. Aliás, o Lula, Ver. Carlo, mente que nem sente. Mentiu de novo dizendo que foi ele e não a Janja, dizendo que foi um ministro que vazou o incidente diplomático da primeira-dama.

Mas para ilustrar o descaso que o PT e a esquerda têm com o Rio Grande do Sul, o descaso esquerdista com o nosso principal setor produtivo, a Farsul emitiu uma nota oficial, ontem, criticando a ausência de ações efetivas do Palácio do Planalto. Além de a esquerda ser quadrilheira e estar permitindo o roubo no INSS, agora está estourando um outro problema com as cisternas do

Nordeste, 80% do dinheiro foi para uma ONG controlada por petistas, e PT me parece muito mais uma quadrilha do que um partido. A Farsul está dizendo que segue aguardando medidas de renegociação das dívidas, e já que a esquerda odeia o agro, Farsul é Federação da Agricultura do Estado. Acho que o Jonas nem sabe o que é isso.

Então, não houve votação do Conselho Monetário Nacional para autorizar a prorrogação de parcelas dos produtores rurais, essas que estão por vencer. Então, veja, que o agro está abandonado. Não é só discurso do triplamente condenado, do corrupto Lula, quando ele diz que o agro é fascista, quando ele põe a culpa na enchente dos gaúchos, quando ele desembarca aqui e diz que ia torcer para o Grêmio e para o Inter. A Janja, a grande Janja, o maior gesto na enchente foi adotar um vira-latinha. É discurso e é prática. E é a Farsul que está falando. São os agricultores. É a Farsul quem está dizendo, não há apoio para a renegociação das dívidas, não há apoio para os problemas climáticos, hora chove demais, hora chove de menos. Enquanto isso, a Janja quer lacrar na cara do ditador-mor deste planeta, que é o Xi Jinping, dizendo que o Tik Tok favorece a extrema direita.

Então sim, o agro está abandonado. Sim, a esquerda detesta os agricultores. Sim, o PT é uma quadrilha e está andando para as dificuldades que o pessoal do campo está sofrendo. A esquerda não gosta do agro. E espero que aqueles que votaram nessa esquerda saibam disso para as eleições do ano que vem.

Por isso todo o meu apoio, Comandante Nádia, a essa moção do senador Heinze, porque nós, as pessoas de bem, apoiamos o agro, e algo precisa ser feito, Coronel Ustra, pelos agricultores do nosso Estado. Obrigado, Presidente Márcio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Tiago. Pergunto se mais algum vereador encaminha? O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação... Mas o vereador já encaminhou, né? Não, mas é requerimento, não tem discussão.

Vereadora Comandante Nádia (PL) (Questão de Ordem): Não existe. Presidente, só uma questão de ordem. Em moção não existe discussão, apenas requerimento, e o Ver. Jonas já fez a sua fala como requerimento; aliás, encaminhamento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador encaminhou pelo PT e agora pede para encaminhar pela oposição.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 167/25, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, é disso que eu gosto, Regimento. A Presidente atual, Ver.^a Nádia, não sabe do Regimento, que o vereador pode encaminhar pela sua bancada, pela oposição, pelo Executivo, que é a situação. Ela está aqui desde janeiro e não leu o Regimento. Essa é a Ver.^a Nádia. É lamentável! Isso me irrita, porque quer vir no microfone de apartes, lacrar em cima de mim. Mas eu sei por que isso, Ver.^a Natasha, porque eu sou do PT, porque nós defendemos trabalhadores, porque a agricultura só, Ver.^a Nádia, em 2024, nós aumentamos quase 9% as exportações. O Brasil, a agricultura, a agricultura brasileira, os agricultores. Isso é positivo! Vossa Excelência, ao invés de ir no microfone de apartes falar de mim, fosse ali elogiar o Lulinha: Obrigada, Lula. Que dissesse ali – Não fiz o L, votei no Bolsonaro, mas o Lula é o melhor Presidente do Brasil; um beijo para o Lula, como vereadora da capital. Eu agradeço ao Lula porque ele desenvolve a economia nacional –, isso é ter honradez.

Eu, por exemplo, aqui, vereadora, já disse, junto com o Melo, que eu brigo para que o dinheiro que o Leite tirou da Prefeitura, tirou do ente federado da saúde, volte. E eu não tenho problema nenhum de dizer: nessa briga, eu estou junto, a favor do povo. E V. Exa. não consegue ir ali dizer que o Lula, só em 2024, seu governo, aumentou, de exportações da agricultura, quase 9%. São bilhões e bilhões de reais que crescem no orçamento. Então vocês vejam a

ingratidão. É triste, mas eu quero dizer mais. Vem aqui o Ver. Tiago, falar que o PT é quadrilha. Quadrilha é o partido Novo. Quadrilha é o partido Novo, é uma quadrilha que está difícil de crescer, porque não aumenta a bancada, perde deputado; perderam agora na última eleição, estão diminuindo. É uma quadrilha que caminha para a extinção, porque nem voto consegue. Vem falar que o PT é quadrilha. Vai respeitar o PT, vereador. Respeite o PT; o PT é um partido. Vossa Excelência não respeita, não respeita os partidos, não respeita os parlamentares. Vossa Excelência, daqui a pouco, vai ter que explicar o que a sua secretária adjunta, adjunta do Germano Bremm, está fazendo, porque eu já mandei pedido de informação para lá, vamos ver qual vai ser a resposta. Vai ter que explicar sobre o meio ambiente da capital. Ele veio aqui, falou e fez tudo, a sua encenação vem até sem gravata, porque agora virou isso, não tem mais nem a liturgia da coisa, do parlamento, mas é importante lembrar aqui que não teve governo que mais desenvolveram a agricultura. Aqui do lado, vereador, a gente entrega trator, caçamba, patrola, toda hora, aqui do lado, na sede do governo federal, toda hora entrega, e Vossa Excelência não vai lá porque não faz parte do governo Lula, não vai ser chamado. Vossa Excelência vai ficar aqui choramingando enquanto a gente desenvolve o Brasil e a economia nacional. Vossa Excelência, só sobra para você ser puxadinho do governo Melo. Sobrou para ti isso aí, meu querido, sabe?!

Então, eu fico muito tranquilo de lhe dizer, inclusive, que o governo, através da Embrapa, investe em pesquisa que melhora a tecnologia para o trabalho no campo. Vossa Excelência não reconhece que a Embrapa é uma empresa premiada e que desenvolve a agricultura nacional. É dificuldade deles, eles são ingratos. Vossa Excelência está muito ingrato com o povo porto-alegrense, inclusive, que usa dessa tecnologia quando compra alimentos produzidos pelos agricultores do Brasil no supermercado, mas V. Exa. não quer falar disso, porque V. Exa. tem que fazer a lacração, lá com o tal do “van Hat”; o “van Hat”, que é o deputado dele. É só isso aí que ele faz, é Tiago e “van Hat”, fazendo videozinho...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas a casa de vocês está caindo, só tenho para te dizer isso. A bancada do PT na última eleição aumentou; a bancada do Novo caiu. Nós estamos fazendo pela economia e pelos agricultores, e vocês só fazem proselitismo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Jonas. Ver. Tiago, questão de ordem?

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Apenas para corrigir a pronúncia do nosso melhor deputado federal do Rio Grande do Sul, é Marcel van Hattem; para dizer que o Ver. Ramiro é dois Jonas nas urnas – fez duas vezes mais votos que o Jonas; e eu não fui mesmo na entrega dos tratores, porque eu não ando com corruptos. Muito obrigado, Presidente.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, o colega Ver. Tiago, quando vai à tribuna, fala do PT, do governo do Lula. Olha só, vou dizer alguns partidos que fazem parte do governo Lula: o MDB, o PP, o PSD, o Republicanos, o Podemos, o Cidadania. Tem que reconhecer que o governo é um só, e muitos partidos que estão aqui estão na base do governo, não há por que ele falar só no PT, então diga todos os que estão no governo, porque o que ele fala, a maior parte, não condiz com a dura realidade – por exemplo, o Plano Safra, entende?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nesse sentido, o governo, hoje, por exemplo, liberou R\$ 400 bilhões para a economia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 167/25.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Márcio Bins Ely, que preside esta sessão, demais colegas vereadores, público que nos assiste, também nem ia ficar discutindo essa moção, porque a gente sabe, Ver.^a Vera Armando e Ver.^a Mariana Lescano, da importância da agricultura, não para o nosso Estado, mas para o nosso País. Hoje, na agricultura, não tenho dúvida, nosso país, o Brasil, é um celeiro de todo mundo. E, quanto à alimentação, há vários países e cidades que dependem do Rio Grande do Sul para a sua alimentação. E nós sabemos as dificuldades dos agricultores pelas intempéries, pelo clima, como em 2024, no nosso Estado do Rio Grande do Sul, quando tivemos enchente que carregou a terra – não foi só a água que encheu as cidades, mas essa água acabou levando parte da terra onde se planta. Então a gente sabe o quanto é importante a agricultura para o nosso País, para o nosso Estado, para o mundo inteiro. Acho que é até perda de tempo ficar aqui discutindo uma moção de apoio, sendo que isso já foi discutido.

Quero parabenizar o nosso deputado federal e o nosso senador, principalmente, do meu partido, o senador Luis Carlos Heinze, que é o autor, o proponente desse projeto de lei, pela sua legitimidade. Nós tivemos encontros na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul onde esses produtores participaram do debate e das suas dificuldades. Então esse projeto de lei vem para que eles possam ter condições de ter uma melhor regra nesse endividamento, na dificuldade que esses produtores têm, para que eles possam buscar novos financiamentos, porque a gente sabe como foi difícil.

Mas, infelizmente, e eu duvido que o Partido dos Trabalhadores, que veio aqui discutir, e discutiu muito mais o partido, está muito mais preocupado... E o PT é assim mesmo, ele se preocupa é com o partido, não se preocupa com a população, com os agricultores, tem que se preocupar é com o partido, com o sindicato, com o recurso do INSS que vai para a associação lá do irmão do Presidente. Então ele está muito mais preocupado com isso, Carlo, do que

realmente com o agricultor que vai botar alimento na mesa. E eu estou preocupado com o nosso agricultor. Ficar discutindo se o partido A, B ou C? O importante é nós darmos condições, porque a agricultura é o motor do nosso País, e se agora está enfrentando alguma dificuldade, nós temos que buscar soluções, porque sem uma solução para a agricultura no nosso País e no nosso Estado do Rio Grande do Sul, vai faltar alimento, vai faltar dinheiro na economia.

Inclusive, Jonas, tu devias te preocupar, porque se a agricultura for mal vai gerar menos imposto, vai ser mais difícil para o PT roubar, porque vai ter um pouco menos de dinheiro; então te preocupa com a agricultura, Jonas, porque a agricultura é o motor do nosso País. E nós temos, sim, que nos preocupar.

Quero parabenizar o senador Luiz Carlos Heinze, do meu partido, do Partido Progressista, do PP, junto com a Ver.^a Vera Armando e a Ver.^a Mariana Lescano. Nós vamos, sim, defender a agricultura, porque a agricultura merece. Inclusive, nosso deputado estadual, que foi presidente da Assembleia, já, no ano passado, discutiu muito a irrigação. Nós temos que dar melhores condições, e a irrigação é uma delas, para que não precise fazer novamente financiamentos, porque vai faltar água. Em um momento falta água, no outro tem água demais, e nós temos, sim, que lutar pela nossa agricultura para que tenha boas condições, porque o nosso País depende muito da agricultura, e através da agricultura tem alimento na mesa dos nossos trabalhadores, que você tanto gosta.

Mas, infelizmente, o PT, em vez de estar preocupado com um projeto de lei desse, para botar recursos para o agricultor poder buscar uma melhor agricultura no nosso País, eles estão lá na China discutindo as redes sociais, porque o Lula está preocupado com o TikTok, e foi pedir apoio para o Jinping porque ele quer uma forma de regular a rede social. Na verdade, ele não quer regular, ele quer censurar, Ver.^a Mariana Lescano. O Lula quer regular as redes sociais, porque lá ele não tem controle, e lá as pessoas falam a verdade, falam do governo dele, e ele está preocupado com a rede social. Em vez de perguntar como é que faz para vender mais, plantar mais, melhorar a agricultura, o Lula

está preocupado com o TikTok, porque ele está apanhando no TikTok e lá se fala a verdade, e ele não tem controle. Mas não vai regular não, e nós vamos lutar pelos agricultores e pela livre imprensa no nosso País, pela democracia, porque nós somos democratas, não é, Ver. Ustra. Então, conte conosco, senador Heinze, parabéns pelo projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Ver. Jonas, é uma questão de ordem?

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, o Ver. Mauro Pinheiro, acho que ele está de olho no cargo dos escritores do Brasil, porque ele está se especializando em ficção.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pergunto se mais algum vereador se inscreve? (Pausa.)

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação o Requerimento nº 167/25, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente Márcio, colegas vereadores. A ignorância de alguns colegas do PT é tamanha que nós chegamos a ficar chocados com a fala. Primeiro, é importante que realmente o vereador que estava aqui antes, do PT, saiba que ele disse que ele havia discutido a matéria. Senhores, moção, não há discussão, há só encaminhamento. E sendo assim, foi por isso que eu perguntei ao Presidente como tinha encaminhado o tal do vereador. Mas nada mais me assombra saber que o vereador não conhece o Regimento.

De toda sorte, voltando à pauta, os nossos agricultores estão precisando de ajuda. A Farsul, como bem falou aqui o Ver. Tiago, clama por auxílio, clama por proteção, clama por algum tipo de financiamento que auxilie os nossos agricultores. Com certeza, antes do governo Lula, era muito melhor. A política econômica se mostra muito tranquila, quando nós vemos o antes, com

menos gastos, com menos impostos e, agora, mais gastos. E é por isso que se fala tanto da primeira-dama Janja e do governo, que levam assessores a vários países. É por isso que nós falamos sobre a COP – Conferência das Partes –, que tirou 35 milhões da educação, e ninguém fala nada. É por isso que nós trazemos aqui a realidade para que o povo não se engane. Antes, o protagonismo era em aprimoramento de marcos legais para fortalecer o investimento privado, para ajudar as pessoas a terem emprego. Agora, o protagonismo está em investimento público, para se locupletar através de escândalos que estão acontecendo e que pouca gente está falando. É o INSS, são as questões da educação e tantas outras.

Mas é importante a gente falar que a securitização vem trazer um alento, vem dizer e vem mostrar que a indústria da alimentação já passou as demais indústrias. Hoje, a indústria da alimentação está com 244,10 acima das outras indústrias de transformação, que chega a 161,69. E isso não é mérito do governo federal, não é mérito desse desgoverno; isso é mérito dos trabalhadores, das pessoas que botam a mão na terra, isso é mérito do homem e da mulher do campo que, a cada dia, mostra a sua resiliência. Isso não é mérito desse desgoverno. Se hoje se produz, é por conta desses que plantam. Se hoje as pessoas têm emprego, é por conta dos empresários que abrem oportunidades. Se hoje as pessoas têm renda para levar para casa dinheiro e dar comida para os seus filhos, não é por conta desse governo que está se lixando com o pobre, que gosta mesmo é da pobreza, porque quanto mais pobre e ignorante, esse governo aplaude.

Senhores, securitização é algo que prima, que urge para que todos os nossos agricultores, para que a Farsul, para que o RS Agro, o SOS Agro possa estar um pouco mais tranquilo para continuar plantando, porque quando o campo planta, a cidade come. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Comandante Nádia. Pergunto se mais algum vereador se inscreve para encaminhar. (Pausa.) Não há mais vereadores inscritos.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Karen Santos, o Requerimento nº 167/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Pergunto se algum vereador não conseguiu votar. Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino vota “sim”; Ver.^a Grazi Oliveira registra voto “não”. Pergunto se mais algum vereador não conseguiu votar. (Pausa.) Eu acho que o Presidente não vota, né? Acabei votando “sim” aqui, mas enfim... Eu acho que o Presidente não pode votar. Ver.^a Juliana, como vota? Ver.^a Juliana muda de “sim” para “abstenção”. Então está encerrada a votação, proclamo o resultado. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**.

Devolvo a presidência à Presidente Comandante Nádia.

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Senhores, antes de nós passarmos para o próximo projeto, quero informar a todos os vereadores que hoje, dia 14 de maio, nós tivemos, às 10h da manhã, um evento aqui embaixo que lançou o Marco da Enchente, um momento em que nós parabenizamos e entregamos certificados, homenagens aos funcionários que entraram aqui pela primeira vez, fizemos o lançamento de uma exposição fotográfica maravilhosa, e também de um vídeo documentário de 16 minutos. Inclusive eu quero pedir para o cerimonial entregar o QR Code para todos os vereadores que poderão acessar as fotos e o vídeo que foi feito com muito carinho, com muita resiliência pela nossa equipe de comunicação, pelos fotógrafos, pela Casa como um todo. Eu gostaria só de passar o *teaser*, se nós tivermos aqui condições, são poucos minutos para que nós possamos lembrar o que aconteceu aqui na Câmara de Vereadores, por gentileza.

(Procede-se à apresentação do *teaser* do documentário sobre a enchente na Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, esse é o *teaser* do nosso documentário de 16 minutos, que eu vou pedir para o cerimonial entregar para cada um dos senhores um QR Code com todo o filme, todo esse documentário. Se nós, vereadores, não estivermos alinhados, unidos sobre essa reconstrução aqui, quem o estará? É o Parlamento gaúcho aqui, da capital dos gaúchos, mostrando o seu potencial. E como hoje de manhã nós fizemos a entrega de alguns diplomas de agradecimento a cada um dos setores que estiveram aqui retomando a nossa vida diária, eu também vou pedir aqui para o colega Mauro Pinheiro, vereador, que venha aqui receber, porque era ele o Presidente desta Câmara, no ano passado, que fez toda essa movimentação para que nós voltássemos.

(Procede-se à entrega do diploma ao Ver. Mauro Pinheiro.)

Vereador Mauro Pinheiro (PP): Ver.^a Comandante Nádia, nossa Presidente, só lhe agradecer pela homenagem, dizer que foram momentos difíceis para a nossa cidade de Porto Alegre, para o nosso Estado do Rio Grande do Sul. Na época da enchente, eu era o Presidente, mas todos os vereadores que aqui estavam na Câmara, de alguma forma ou de outra, estavam todos envolvidos, ajudando a cidade, então, essa homenagem é para todos os então vereadores, bem como para os novos vereadores, pois eu sei que muitos desses que estão aqui hoje participaram, ajudando a nossa cidade, o nosso Estado. E dizer que as pessoas que realmente merecem uma homenagem são os servidores desta Casa, que foram gigantes nesse momento difícil, momento esse que espero que a gente nunca mais passe, que sirva de lição para todos nós para que a gente não passe por momentos difíceis como esse. Estou enxergando um dos guardas que passou por aqui, os guardas não abandonaram nunca a nossa Casa, deram a segurança, cuidaram da nossa Casa, e os servidores que, mesmo na adversidade, conseguiram buscar materiais aqui para dar continuidade nas suas casas, buscando equipamentos, como foi dito ali no

vídeo. Outros que vieram aqui, depois da enchente, para entrar, limpar e deixar o plenário em condições para que a gente pudesse retomar nossos trabalhos.

Então, foram muitas pessoas que merecem essa homenagem, e eu, como Presidente em 2024, quero agradecer a todos os servidores que, em momento nenhum, deixaram ou abandonaram o nosso Parlamento e cuidaram da nossa Casa. Muito obrigado a todos os servidores desta Casa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Mauro Pinheiro. Só para também dar a informação para os senhores de que, no dia de hoje, os documentos que foram avariados foram para São Paulo para serem restaurados. Os documentos são memórias aqui desta Casa. Fizemos um sacrifício para organizar, mas, graças aos nossos funcionários, conseguimos.

E a obra do andar térreo, toda semana, esta Presidente tem estado ali de chapeuzinho; o granito preto está maravilhoso. Essa ala primeiro vai ser entregue, se Deus quiser, logo em seguida, e nós vamos tocando.

Ver. Hamilton, por gentileza.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Presidente Comandante Nádia, quero te parabenizar por essa homenagem ao ex-Presidente Mauro Pinheiro, juntamente com todos os funcionários, servidores, e por esse reconhecimento. A gente sabe que, no momento daquela tragédia, não tem uma receita pronta de como sair, de como fazer, de como fazer a recuperação da Casa. Até porque havia uma exigência do retorno aos trabalhos, e a gente sabe do momento difícil que todos passamos.

Então, parabéns pelo reconhecimento, parabéns também ao Ver. Mauro, que, naquele momento tão difícil, foi sensível e teve essa ajuda de todos os servidores para passar por esse momento tão difícil. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Hamilton.

Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente Comandante Nádia, a senhora foi muito sábia quando fez essa homenagem ao Ver. Mauro Pinheiro, que foi um grande Presidente num desastre que nós tivemos. Eu e o Hamilton, que recém falou aqui, já fomos presidentes desta Casa e, mesmo não tendo, graças a Deus, nenhuma catástrofe, sentimos o peso de estar no lugar em que a senhora está.

Então, cumprimentos ao Mauro, pelo que suportou, cumprimentos à senhora por resgatar essas atitudes de homens públicos importantes que são desta Casa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Idenir.
Ver. Gilson Padeiro, que era secretário à época.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente Comandante Nádia, eu quero te parabenizar pela sensibilidade, pelo reconhecimento de fazer essa bela homenagem a todos os funcionários da Casa, mostrar essa realidade. Nosso Presidente, na época, o Mauro Pinheiro; no ano passado, eu era secretário e não tive oportunidade de chegar à Câmara naquela época, porque, lá em Belém Novo, a gente abriu um abrigo subsidiado pela comunidade local, onde a gente chegou a abrigar 204 pessoas. Só do Humaitá, chegaram 109 pessoas, colegas e amigos do Ver. Marcelo. Então, eu queria fazer essa fala hoje aqui nesta parte, porque eu nunca, até agora eu não tinha me pronunciado. Quero te parabenizar, parabenizar o nosso amigo Mauro Pinheiro, por ter sofrido junto com a gente, sofrido com o Estado do Rio Grande do Sul, com a cidade de Porto Alegre, naquela época, nessa época tão difícil para nós. Então, parabéns mais uma vez.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Gilson.
Ver.^a Vera Armando.

Vereadora Vera Armando (PP): Presidente Nádia, colegas vereadores, é muito difícil para mim me manifestar neste momento, mas eu sei o quanto é importante também, como vice-líder do meu partido, trazer a minha palavra representando a Ver.^a Mariana Lescano e também o Ver. Mauro Pinheiro, que foi muito bem lembrado e homenageado pela senhora, a quem eu agradeço essa lembrança. Eu não estava como vereadora, estava como jornalista, e a mim dói muito quando eu vejo essas imagens, eu que acompanhei; a televisão e o rádio nos proporcionam estarmos em todos os lugares ao mesmo tempo. Então, eu tenho no coração a dimensão do que foi essa tragédia climática vivida por todos nós gaúchos. Parabéns pela sua belíssima iniciativa, parabéns aos servidores desta Casa, pela dignidade, pelo respeito que tiveram com este patrimônio que é de toda a comunidade de Porto Alegre. Graças a eles, nós estamos aqui hoje, inteiros, íntegros, votando, representando cada um dos cidadãos que depositou em nós o seu voto, e que nós, certamente, levamos com muita honra durante o nosso mandato. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora. Estou engasgando aqui.

Ver. Coronel Ustra.

Vereador Coronel Ustra (PL): Presidente Comandante Nádia, colegas vereadores, queria parabenizá-la por esta homenagem. Eu sempre falo o quão é difícil ser presidente de uma Câmara de Vereadores, ainda mais em uma cidade como Porto Alegre, nas condições normais de temperatura e pressão, na CNTP. Imagino o que o Ver. Mauro Pinheiro, que foi o Presidente no ano passado durante essa tragédia, o que ele passou para contornar essa situação. E ele, com família, também teve que atender a sua família. Então, Ver. Mauro, meu abraço a ti. Eu imagino a tua situação aqui, como Presidente, e as medidas gerenciais que tu tiveste que tomar para contornar essa situação. E deixar também aqui a minha solidariedade a todos os servidores da Casa. Nós temos ali nosso amigo que falou no vídeo, Veloso, da Guarda Municipal, o que

eles passaram aqui nesses momentos, todos os vereadores da outra legislatura, independentemente de partido, de posição ideológica, que também contribuíram para que nós pudéssemos recuperar a Câmara de Vereadores e a cidade de Porto Alegre, e a todos os servidores, sem exceção, da Câmara de Vereadores, no ano passado. Então, aqui fica o meu grande abraço, mais uma vez parabéns pela homenagem, e mais uma vez um grande abraço, Ver. Mauro Pinheiro, pela tua dedicação no ano passado. Obrigado.

Só para concluir, a gente não teve oportunidade, na segunda-feira foi muito conturbada a nossa sessão. E nós tivemos o Dia das Mães agora, então deixar um grande abraço a todas as mães pelo transcurso do seu dia, inclui aqui também as mães de pet, nós temos muitas mães de pet nesta Casa, deixar o meu grande abraço a todas as mães aqui da Câmara de Vereadores.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Coronel Ustra.

Ver. Giovane Byl.

Vereador Giovane Byl (PODE): Presidente, eu quero me somar aos colegas vereadores que aqui já falaram, em nome da bancada do Podemos, eu e o Ver. Hamilton Sossmeier, gostaríamos de parabenizar a senhora por dar a importância e a relevância de nós nos lembrarmos do que aconteceu. Não posso também deixar de citar como importante o posicionamento do nosso líder na ocasião, o Presidente Mauro Pinheiro. Então, quero te parabenizar por representar nós, como vereadores, naquele período, e também pela Câmara funcionar, porque nós aprovamos medidas emergentes e importantes mesmo naquele momento de crise. Também saudar a liderança do governo, a pessoa da Ver.^a Cláudia Araújo e também do Ver. Idenir Cecchim, que estiveram ali representando o governo naquele período de crise. Então, a bancada do Podemos quer parabenizar a senhora pela homenagem e o Ver. Mauro Pinheiro por ter sido nosso líder diante daquela tragédia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Giovane.

Ver. José Freitas.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Presidente Nádia, cumprimentos aqui, eu me somo junto com os colegas vereadores, falando em nome da bancada dos Republicanos, Ver. Carlo e Ver Gringo, parabenizando por essa lembrança que vai ficar um marco aqui na Câmara de Vereadores. E sabe que, como eu, muitos não acreditavam que a água chegaria aqui. Sabe que o Ver. Moisés estava fazendo um vídeo aqui dentro do pátio, e eu assistindo, e o meu carro que a gente usa no gabinete e o do Ver. Alvoni, estavam aqui dentro do pátio. Eu disse: “ah, não vou tirar”. E os dois ficaram praticamente todos tampados d'água. Justamente. Então, eu quero parabenizar a senhora, o vereador, nosso colega, que era Presidente na época, Ver. Mauro, e todos os servidores desta Casa, que fizeram a Casa funcionar em tempo recorde. Parabéns, um abraço.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.

Freitas.

Ver. Idenir.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente, eu esperei passar esse momento de homenagem para solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento do filho do senador Lasier Martins, Lasier Costa Martins Júnior, que faleceu agora de tarde. Eu queria pedir aos nobres colegas, nesse momento de dor do nosso ex-senador, grande jornalista Lasier, um minuto de silêncio ao seu filho.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Nossa, acho que cabe a nós fazermos um minuto de silêncio, assim como foi solicitado pelo Ver. Idenir Cecchim, ao filho do sempre senador, querido Lasier, e também pelas vítimas que morreram durante a enchente no nosso Rio Grande do Sul, aqueles que

perderam seus parentes, seus amigos. Eu acho que cabe. Hoje, de manhã, o Ver. Tiago Albrecht fez um momento ecumênico muito lindo, independente das crenças, da fé de cada um, eu acho que cabe.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de me somar aqui, em nome da oposição, ao pedido de um minuto de silêncio às pessoas, e também em especial ao José Mujica, que faleceu ontem, foi presidente de um país-irmão aqui do nosso Mercosul, o Uruguai.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Então, senhores, cada vereador deve ter recebido (Mostra papel com o QR Code.), os que não receberam, eu vou pedir para entregar nos seus gabinetes, é o marco da enchente, essa tragédia nos marcou para sempre, mas no meio da dor floresceu a coragem, a união e o amor por nossa terra, em especial aqui pela Câmara de Vereadores de todos os gaúchos.

Pois não, Ver.^a Cláudia?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, como não tivemos reunião de líderes, solicito a inclusão do PLE nº 043/24, do PLCE nº 005/25 e do PLE nº 015/25 na priorização de votação da presente sessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A senhora pode só repetir e dizer qual a pauta de cada um?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sim, PLE nº 043/24, alienação da área da empresa Montalcino.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só deixa eu dizer que a audiência pública que estava impossibilitando a nossa votação desse projeto foi realizada. O querido Ver. Coronel Ustra presidiu essa audiência pública.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): O segundo é o PLCE nº 005/25, que altera a lei dos CCs, extingue CCs11; e o PLE nº 015/25, isenção, calamidade do Mercado Público.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, de incluir, na Ordem do Dia, a partir de segunda-feira, os três projetos que foram lidos e explicados pela vereadora. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos ao nº 04, da folha, que ingressou agora. Peço ao Ver. Moisés substituir esta Presidente, pode ser?

(O Ver. Moisés Barboza assume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão do requerimento aprovado, o nº 04 passou a ser o Requerimento nº 226/25, assinado por diversas vereadoras e vereadores, que requer seja encaminhada moção de solidariedade em apoio “ao retorno, na estrutura administrativa do estado, da secretaria estadual da mulher”. É uma moção de apoio ao governo do Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o Requerimento nº 226/25. (Pausa.) A Ver. Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): O Rio Grande do Sul vive uma pandemia de violência contra as mulheres. Essa frase não é minha, poderia ser, não é da Ver.^a Vera, da Ver.^a Cláudia Araújo, das vereadoras da bancada da oposição que subscrevem essa moção, mas essa frase é da juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Porto Alegre, que falou, em 2023, sobre o contexto de violência exacerbada que nós vivemos no nosso Estado. Desde lá, nós não tivemos nenhum movimento de avanço na efetivação de políticas públicas que pudessem prevenir o que nós vimos recentemente, um feriado de Páscoa em que, em quatro dias, dez mulheres perderam a vida por serem mulheres no nosso Estado. A realidade do Rio Grande do Sul é preocupante. Em 2024, nós tivemos 111 feminicídios consumados, além daqueles casos que a gente sabe que foram subnotificados; inclusive porque, no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil inteiro, ainda são considerados casos de feminicídio somente aqueles que se dão no âmbito da violência doméstica e familiar, mas a gente sabe que há uma compreensão que deve ser feita que abarque as diferentes dimensões das violências de gênero. Nós estamos aqui nos somando a uma mobilização estadual que já ocorre, que é conduzida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, pelo Fórum de Mulheres, pelos movimentos, mas também por deputados e deputadas estaduais, como a Ver.^a Vera bem disse aqui antes, que estão reivindicando a recriação da secretaria de políticas para as mulheres, para que nós enfrentemos essa epidemia de feminicídios com políticas públicas. A verdade é que o Rio Grande do Sul hoje não tem condições de fazer esse enfrentamento somente com as respostas que tem dado. Nós tivemos 300 mulheres que desistiram de registrar o boletim de ocorrência por demora nas delegacias das mulheres, e o resultado, o desdobramento disso foi a alteração na chefia de polícia. Hoje, nós ouvimos a entrevista do novo chefe de polícia que fala dos desafios no âmbito da segurança pública, mas que também aponta a necessidade de mais políticas públicas para as mulheres, políticas públicas integradas, políticas públicas que possam atender as diferentes dimensões de promoção da saúde da mulher, geração de renda, autonomia econômica, inserção no mercado de trabalho, o

enfrentamento à cultura misógina, machista, tudo isso exige uma estrutura pública que possa assegurar a gestão dessas políticas. Por isso, nós reivindicamos que a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres possa atuar de forma articulada com outras secretarias, como a saúde, a segurança pública, a assistência social, a educação, entre outras, para promover as ações e as políticas integradas e eficazes para efetivamente enfrentar os feminicídios. Nós temos medidas que estão sendo tomadas importantes, como a garantia de medidas protetivas de urgência já no ato da ocorrência policial. Mas a verdade é que, sem o avanço na Secretaria de Políticas para as Mulheres, nós não vamos estar, Ver.^a Vera, garantindo as condições da Patrulha Maria da Penha para atuar no aumento da demanda que a gente vai ter de medidas protetivas. Ela está preparada para absorver esse aumento da demanda? A resposta é que hoje não está. É preciso investimento em recursos humanos, mas é preciso também assegurar que a Secretaria de Políticas para as Mulheres seja, inclusive, um instrumento para propiciar que o governo do Estado faça adesão a políticas federais, que também têm um papel importante, como a construção da Casa da Mulher Brasileira, cujos recursos já estão depositados; a adesão ao Pacto Feminicídio Zero, porque, sem dúvida nenhuma, a defesa da vida das mulheres é uma pauta que deve unir os diferentes campos políticos desta Casa e unir o Rio Grande na garantia desta que deve ser uma agenda prioritária. Que nenhuma mulher mais seja assassinada no nosso Estado por ser mulher.

Então, peço o apoio dos colegas e das colegas para a gente aprovar essa moção e unir a nossa Casa a esse movimento estadual que já tem ocorrido, para a gente enfrentar a epidemia de feminicídios. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB) (Requerimento):
Presidente, diretor, eu quero pedir para um projeto meu também ser incluído na priorização, o PLL nº 089/23.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/25, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha essa sessão, quero parabenizar a Ver.^a Juliana de Souza, do Partido dos Trabalhadores, por essa importante bandeira que, sem sombra de dúvidas, é uma bandeira de todos os partidos – creio. Mas eu queria destacar aqui, o anuário da ONU revela o aumento da violência contra a mulher em todos os continentes. Todos os continentes. Isso tem que ser objeto de reflexão de todas as autoridades e, evidentemente, de todos que detêm cargos eletivos. Se nós tivéssemos avançado no processo civilizatório, isso não estaria acontecendo. Eu acho que a humanidade está errando muito. Nós tivemos, inclusive, países que retrocederam nos direitos às mulheres. Observem o Afeganistão, o fundamentalismo religioso entrou com uma força, e que são, na verdade, terroristas que dominam hoje o Afeganistão. Estados Unidos esteve lá durante 20 anos fazendo uma guerra e abandonou, se foi embora e deixou o povo à mercê de facções e, agora no Afeganistão, o que temos? As mulheres perderam o direito a estudar, direito a fazer faculdade, perderam o direito a caminhar na rua, agora tem que tapar o corpo todo. Então, isso aqui nos preocupa muito da ONU: mais de 51 mil pessoas do gênero feminino foram mortas por seus parceiros ou membros de família em 2023. É o que revela o último anuário da ONU sobre o assassinato de mulheres e meninas no mundo. Isso equivale a 140 mulheres mortas todos os dias. Gente, 140 mulheres só hoje estão sendo mortas, neste momento, estão sendo mortas nesta hora, nesta tarde em que nós estamos no plenário, estão sendo assassinadas. É preciso fortalecer, sem sombra de dúvidas, as políticas públicas para isso. A violência não leva a nada, não constrói; ela destrói. E como pode uma pessoa, um homem... Porque são

os principais, os principais autores disso são homens, e eu falo aqui, como homem. É um problema grave e é nosso. Nós precisamos, como lideranças, discutir e debater a violência contra as mulheres, seja na escola, seja no partido, seja aqui na Câmara. É uma reflexão. E televisões, jornais, rádios também têm que debater, mas é preciso ter um fomento também público a isso. Por isso, vereadoras, vereadores, deputadas, deputados têm que potencializar legislação, políticas, e eu convido os colegas de diferentes partidos a somarmos forças nisso. Eu, por exemplo, fiz aqui um projeto de lei e uma lei que foi aprovada na legislatura anterior de mamografia e tomografia mamária a partir da puberdade para todas as mulheres, porque a saúde também, quando ela não é observada, ceifa vidas. Nós temos que trabalhar nessa lógica reorganizativa do Estado. Por isso, ter estruturas próprias, como uma Secretaria Estadual dos Direitos das Mulheres, é fundamental. Espero que os governantes, e aqui não faço uma crítica, faço uma proposição, quando receberem essa moção das mãos dos vereadores de Porto Alegre, não estarão recebendo de 35 vereadores; estarão recebendo do povo que nós representamos. É 1,376 milhão de pessoas que, através das nossas vozes, dos nossos votos, pedem política real, orçamento, secretaria, estrutura e responsabilidade. A gente tem um nome a quem procurar, um secretário, uma secretária para desenvolver a política. Esse é o apelo que eu faço aos colegas para que a gente aprove de forma unânime a moção da Ver.^a Juliana. Um abraço.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Jonas Reis.

Ver. Giovani Culau. Peço às senhoras vereadoras e vereadores que a gente possa acelerar o máximo possível, para os vereadores serem ouvidos e a gente poder aprovar essa moção o mais rápido possível.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Muito obrigado, Presidente. Eu não ocuparei os cinco minutos e, por isso, utilizo o microfone de apartes, porque preciso, em primeiro lugar, cumprimentar as autoras, sejam elas

da bancada de oposição, Ver.^a Juliana, Ver.^a Natasha, Ver.^a Grazi, Ver.^a Karen, Ver.^a Atena, mas, de modo muito especial, a Ver.^a Cláudia Araújo e a Ver.^a Vera Armando, que compõem a base do governo. Falo aqui das autoras, e a unidade de vocês é a unidade que nós precisamos construir na sociedade gaúcha para enfrentar o tema do feminicídio. Eu também fui um dos autores, porque nós precisamos também, Presidente, enquanto vereadores que somos, assumir a nossa parcela de responsabilidade, porque o feminicídio é, sem dúvida alguma, uma violência praticada pelos homens. Então, nós precisamos assumir a nossa parcela de responsabilidade para enfrentar esse tema. E quero aqui apenas registrar, nós completamos, em 2024, Ver. Cecchim, um ano da extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Rio Grande do Sul. E a extinção dessa secretaria significa também a perda de recursos, significa a desarticulação de políticas públicas. Quando nós vemos a situação do Estado, Juliana, nós podemos atestar isso com a redução de algo em torno do que era R\$ 19 milhões, investido em políticas públicas para as mulheres, cair para o patamar de apenas R\$ 3 milhões. Nós, na Assembleia do Rio Grande do Sul, a partir da procuradora da mulher, Bruna Rodrigues, hoje deputada, Cecchim, mas que era vereadora desta Casa, vimos a Assembleia Legislativa reunir 48 deputados e deputadas numa moção de recomendação para a reconstituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Vejam, 48 deputados, dos 55 deputados e deputadas que temos na Assembleia. Aquela unidade que vimos lá, eu espero que seja a unidade que temos condição de construir aqui para ver essa moção aprovada. E que essa moção aprovada seja, acima de tudo, um recado da Câmara de que nós não podemos mais tolerar o feminicídio em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos.
Ver. Idenir Cecchim fala no microfone de apartes.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente Moisés Barboza, olha, eu já estou velhinho, tanto aqui na Casa, e muito mais de idade, mas que bom

ouvir isso do vereador do PCdoB, e que bom ouvir a oposição e a situação. As mulheres, todos nós temos que – não é proteger as mulheres – defender o direito das mulheres de terem igualdade e muito menos que elas não precisem só se defender desses vagabundos, podemos tratá-los assim, que não respeitam o sexo feminino e acham que são donos. Então, que bom estar aqui nesta Casa, neste momento, de ser o mais velhinho de todos para ouvir e ver este projeto sendo aprovado por unanimidade.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Não havendo mais inscritos para encaminhar, coloco em votação.

Em votação o Requerimento nº 226/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Parabéns à autora, por favor.

Vereadora Juliana de Souza (PT): Presidente, queria chamar aqui a Ver.^a Vera, que também ajudou a articular esse movimento hoje aqui; a Ver.^a Cláudia, nossa vice-líder do governo, que auxiliou também nesse movimento e as demais vereadoras da bancada da oposição, as vereadoras que subscreveram também essa moção e participaram de uma articulação que vem de fora desta Casa. Não só a Assembleia Legislativa se mobiliza pela recriação da Secretaria Estadual de Políticas das Mulheres, mas também o Conselho Estadual de Direitos das Mulheres, o fórum trouxe essa demanda ainda no mês de março, antes mesmo da gente ter aquele cenário terrível dos feminicídios no feriado de Páscoa. Mas é importante a gente registrar que essa foi uma demanda que veio, porque os casos de feminicídio não têm sido exceção, eles têm sido a regra de ausências de políticas públicas que poderiam prevenir que esses episódios ocorressem e esse fosse o fim de tantas mulheres. Então queria aqui agradecer aos nossos colegas, às nossas colegas e também passar aqui para a Ver.^a Vera, que também já aprovou recentemente um importante projeto.

Vereadora Vera Armando (PP): Muito obrigada, Ver.^a Juliana e as demais vereadoras que se juntam neste momento, eu quero novamente repetir o que disse aqui na tribuna: a pauta em defesa das mulheres não é uma pauta da direita, não é uma pauta da esquerda; é uma pauta de todas as mulheres e de todos os homens de bem. Muito obrigada a todos que se juntaram a nós neste momento tão significativo e tão importante na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre. (Palmas.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Parabéns a todas as autoras e parabéns também para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Peço a colaboração das vereadoras e vereadores, enquanto estão sendo feitas as fotos. A gente tem duas pautas rápidas de votação, que são um requerimento e a proposição do Ver. José Freitas. Vamos fazer rapidamente, por favor, diretor Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passemos ao nº 18 da lista, é só uma homenagem, vereador, que vai ocorrer segunda-feira, Ver. Freitas, num segundo a gente vota.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Atenção, homenagem para ser realizada segunda-feira.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 206/25.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o Requerimento nº 206/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

(Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 178/25.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o Requerimento nº 178/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Agora a última tarefa da nossa tarde, a proposição do Ver. José Freitas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

(Procede à leitura da ementa do PLL nº 210/21.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em discussão o PLL nº 210/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor. Uma rápida explicação aos colegas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas, Presidente Moisés; rapidamente, pessoal, pergunto: qual colega aqui que já não foi enganado, ou foi enganado, melhor dizendo, qual colega que foi enganado num posto de gasolina? Eu, inclusive, já fiz denúncias em relação à propaganda enganosa. Esse projeto, já existe essa lei, já existe no Rio de Janeiro e já existe no município de Americana, São Paulo. Já chegaram, no meu gabinete, muitas pessoas reclamando, inclusive, mandaram retirar a gasolina do tanque, porque se sentiram lesadas, se sentiram enganadas pelo preço promocional. O que é que acontece? A pessoa vê aquele número bem grande e pensa que o preço é aquele, que o valor que ele vai pagar é aquele, e, na verdade, eles colocam bem grande o preço promocional e menor o preço real. Então, esse projeto é simples, é só para os postos de gasolina venham se adequar na placa, que o preço real seja maior e o promocional menor – é

somente isso. E a emenda é justamente dizendo isso, regulamentando, está *ok*? Então, peço a aprovação de todos os colegas, isso para que nós, consumidores, não venhamos ser enganados. E quero deixar bem claro aqui que não são todos os postos, mas tem alguns de má-fé que colocam dessa forma para nós, consumidores, sermos enganados. Conto com a colaboração de todos os colegas, um abraço.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado pelo esclarecimento do autor. Então alguém para encaminhar? Não há mais inscritos para encaminhar.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 210/21. (Pausa.) Os Srs. que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 210/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com a manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht. (Palmas.) Parabéns, Ver. José Freitas.

O próximo tema é do Ver. Jessé, que não se encontra. Ele se encontra? Antes da verificação de quórum, Ver. Gilson.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Presidente, solicito a verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelos vereadores Gilson Padeiro e Aldacir Oliboni. (Pausa.) Segundo o instituto de pesquisa ocular, não haverá quórum, mas vamos aguardar o tempo regimental. Se tivermos 12 vereadores, podemos passar a Pauta. Se tivermos 12 vereadores, lembro aos vereadores que ainda estão no recinto, que podemos passar a Pauta. Muitos projetos dos próprios vereadores estão ali na Pauta, aguardando, para serem autorizados a serem priorizados. Depois, os vereadores querem agilidade, seria interessante passarmos a Pauta. Ainda temos 20 segundos, registrem as suas

presenças. Registro a presença do Ver. Hamilton Sossmeier para passarmos a Pauta, Ver. Mauro Pinheiro, mais um vereador. Freitas deu presença? Marcos Felipi? Ver.^a Juliana. Registro a presença do Ver. José Freitas, pediu registro. (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

(17h38min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Está encerrada a sessão, muito obrigado, grande produtividade na tarde desta quarta-feira.

(Encerra-se a sessão às 17h39min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
